



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0604/11	DATA: 25/05/2011
INÍCIO: 15h05min	TÉRMINO: 18h16min	DURAÇÃO: 3h11min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h11min	PÁGINAS: 65	QUARTOS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

JORGE ABRAHÃO DE CASTRO - Gerente de Pesquisa da Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.
THIAGO PEIXOTO – Secretário de Educação do Estado de Goiás e representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED.
JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO - Professor associado da Universidade de São Paulo - USP.
CLEUZA MARIA REPULHO RODRIGUES – Secretária de Educação de São Bernardo do Campo-SP e Presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME.
NELSON CARDOSO AMARAL - Assessor e professor da Universidade Federal de Goiás.
MOZART NEVES RAMOS - Presidente executivo do movimento Todos Pela Educação.
DANIEL CARA - Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, diretor da Campanha Global pela Educação e da Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação e Diretor-Geral da Clade-Brasil.

SUMÁRIO: Debate sobre financiamento da Educação.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer do Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 8ª Reunião, realizada em 24 de maio.

Pergunto se há necessidade da leitura da referida ata? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sra. Presidente, eu peço a V.Exa. a dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - A pedido do Deputado Paulo Rubem Santiago e não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico o recebimento do Ofício 326/2011, da Liderança do PP, comunicando o desligamento da Deputada Iracema Portella, PP-PI, como suplente da Comissão Especial do PNE.

Registro os próximos encontros estaduais: Salvador-BA, 9 de junho, quinta-feira, das 14h30min às 18 horas, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; Belo Horizonte-MG, dia 10 de junho, sexta-feira, das 9 às 12 horas, na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Manaus-AM, dia 10, sexta-feira, das 9 horas às 12h30min, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

A pauta de hoje prevê audiência pública destinada a debater o tema Financiamento da Educação, com os seguintes convidados: Sr. Nelson Cardoso Amaral, Assessor do Reitor da Universidade Federal de Goiás; Sr. José Marcelino Rezende Pinto, Professor Associado da Universidade de São Paulo; Sr. Jorge Abrahão de Castro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA; Deputado Federal Thiago Peixoto, Representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED; e Sra. Cleuza Maria Repulho Rodrigues, Presidenta da



União dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME, os quais convido a tomarem assento à mesa. (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Pois não, Deputada?

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sra. Presidenta, rapidamente, primeiro boa tarde aos colegas Parlamentares, aos nossos convidados, aos representantes das entidades aqui presentes, do MEC.

Registro a presença do companheiro Antônio José, Arlindo, da Secretaria-Executiva, Antônio José, que foi nosso colega Parlamentar. Hoje está trabalhando na equipe com o ex-Deputado também Carlos Augusto Abicalil.

Sra. Presidenta, quero dizer que, na condição de Presidente da Comissão de Educação, representando o Deputado Vanhoni, o Deputado Gastão e todos os que fazem esta Comissão Especial, estive, segunda-feira, lá na audiência coordenada pelos Deputados Raul Henry e Paulo Rubem, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, com o objetivo exatamente de debater o Plano Nacional de Educação.

Foi muito boa a audiência. Lá estavam os Secretários de Educação do Estado e do Município. Foi muito representativa do ponto de vista dos movimentos sociais, da campanha pelo direito à educação, com a CNTE, os sindicatos, a CUT, até o movimento das rádios comunitárias, Deputada Teresa, lá estava também.

A segunda informação é que hoje, na Comissão de Educação e Cultura da nossa Casa, por unanimidade, nós aprovamos uma moção de saudação à professora potiguar, minha conterrânea, Profa. Amanda Gurgel, que, enfim, invadiu as redes sociais pelo belo depoimento que fez, depoimento esse que é o retrato da vida, do cotidiano dos mais de 2 milhões de professores e professoras da educação básica da rede pública deste País.

O fato é que a participação dela teve uma repercussão — acho que V.Exa. deve ter tomado conhecimento — em âmbito nacional. Para se ter uma ideia, é no YouTube hoje o vídeo mais acessado em todo o País.

E nós resolvemos, portanto, fazer essa moção de saudação, lembrando inclusive que, no momento em que esta Casa está debatendo um projeto de lei tão importante, o de nº 8.035, que vai instituir o novo Plano Nacional de Educação, Prof. Marcelino, é muito bem-vinda a participação da Profa. Amanda, inclusive



fortalecendo a nossa luta por mais recursos para a educação, a campanha dos 10% do PIB para a educação.

Aliado a essa moção, também por unanimidade, na Comissão de Educação, nós resolvemos fazer o convite a ela para participar de uma reunião da Comissão de Educação. O Deputado Gastão fez a sugestão de convidarmos também uma diretora, uma outra professora lá de Novo Hamburgo.

O fato é que nós vamos organizar essa reunião, e, desde já, fica o convite para que a própria Comissão Especial, se assim o desejar, Deputado Vanhoni, participe dessa reunião, desse diálogo com as professoras, que nós vamos realizar na Comissão de Educação e Cultura. O convite está feito inclusive para a Comissão Especial.

Finalmente, saúdo os nossos convidados: o Thiago, representando o CONSED; o Jorge, pelo IPEA; o Nelson, Assessor do Reitor da Universidade Federal de Goiás; o Prof. Marcelino e a Profa. Cleuza, aqui representando mais uma vez a UNDIME. Todos vocês trarão uma importante contribuição para uma das metas tão decisivas para a sustentação e para a viabilização do Plano Nacional de Educação, Profa. Cleuza, que é a meta do financiamento.

O Relator hoje vai ficar cada vez mais atento ainda ao debate do financiamento.

Era isto. Desejo um bom debate para todos nós.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Antes de conceder a palavra aos convidados, peço a atenção dos Srs. Deputados e dos Srs. Expositores para os procedimentos a serem observados durante os trabalhos de hoje.

Cada convidado disporá de 15 minutos para a sua exposição, prorrogáveis a juízo da Comissão. Somente serão permitidos apartes durante a prorrogação.

Concluída a apresentação, será concedida a palavra aos Deputados, observada a ordem de inscrição para, no prazo de 3 minutos, cada um formular suas considerações ou pedidos de esclarecimentos, dispondo o expositor de igual tempo para a resposta. Serão facultadas as réplicas e a tréplica pelo mesmo prazo.

A lista de inscrição para o debate encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio. É permitida a permuta de inscrição entre os



Deputados, mas os que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão a inscrição.

Então, eu vou chamar o primeiro convidado, Sr. Jorge Abrahão de Castro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

O SR. JORGE ABRAHÃO DE CASTRO - Boa tarde a todas e a todos. Em 15 minutos não dá para fazer muita saudação. Temos que entrar logo na ideia.

Como eu conheci em parte o pessoal que está na mesa, eu me encarreguei de fazer uma outra discussão sobre educação, trazendo os dados recentes que calculamos no IPEA, para dar uma ideia da importância da educação para o desenvolvimento brasileiro. Pegamos duas partes importantes: uma é crescimento; a outra, distribuição. Ou seja, a função educação hoje cumpre um papel fundamental, a curto prazo, para crescimento e distribuição e, a longo prazo, mais forte ainda, para crescimento e distribuição.

Então, eu acho que quem for decidir sobre a aplicação de mais ou menos recursos para a educação é importante que tenha claros esses dois vetores. A educação cumpre papel estratégico como vetor de demanda no presente e como vetor de avanços no sentido tecnológico, inovação, para o futuro.

(Segue-se exibição de *imagens*.)

Esse é um diagraminha em que podemos entender o desenvolvimento - não vou perder muito tempo com isso. E aqui temos um vetor educacional funcionando tanto pelo lado do social, quanto pelo lado da economia e pelo lado da democracia.

O vetor central disso é o seguinte: quanto mais produzirmos educação, mais vamos conseguir aumentar as capacidades e aumentar a fruição. Isso terá um papel muito importante em três sentidos: um para a economia, porque vai permitir a inovação e o aumento da produtividade, e também vai permitir o aumento da democracia. E nós imaginamos que esse aumento do processo democrático pode melhorar a distribuição da renda.

Então, é um fluxo para dar uma ideia de que é possível pensar a centralidade do processo educacional como elemento da área social central para o processo de desenvolvimento. O meu argumento será um pouco nisso.



Aqui há um outro detalhamento mostrando os níveis de modalidade e como eles se combinam na perspectiva da política social, que tem a ver com todo o fluxo de que eu falei inicialmente.

Aqui há um lado da educação no Brasil, que tem um aparato institucional, público, enorme. Às vezes, as pessoas se esquecem desse aparato institucional montado no Brasil, ou seja, quando estamos discutindo financiamento da educação, é importante que tenhamos claro o tamanho do aparato institucional que estamos movendo, que ele está repartido literalmente no território brasileiro e que é uma das maiores fontes de empregabilidade e de emprego, que eu diria de boa qualidade, que é o emprego de carteira assinada, com salário determinado, *vis-à-vis* os outros setores da economia.

Aqui há um outro quadro referencial, pegando dados de 1991 a 2009, para vocês perceberem o seguinte: houve um processo muito importante de crescimento da oferta de bens e serviços educacionais nesses últimos 20 anos. Acho que é importante ter essas dimensões para avaliar do que nós estamos falando. Então, vocês vão observar que alguns setores... Isso aqui é só um quadro relacionado ao setor público. Eu peguei os dados de 1991 e 2009, e peguei os dois níveis de que estou tratando, tanto o nível do objetivo geral, que é o nível modalidade, quanto a parte de apoio ao educando, para observarmos o seguinte: se formos discutir apenas se precisamos de 10%, de 15%, nós não temos ideia clara do que estamos falando quando estamos dizendo isso. Nós estamos falando de um aparato institucional. Quando falamos da América Latina, que o Brasil faz uma oferta de quase 50 milhões de vagas/dia para a população brasileira frequentar a escola, isso é espantoso, *vis-à-vis* o que nós temos na América Latina.

Este é o dado que eu tinha. E estou fazendo esse cálculo novamente, na perspectiva... É o cálculo IPEA: fazemos um cálculo de educação, tirando algumas coisas, tipo “*não existe aqui benefício a servidores, que é a Previdência do setor educacional*”. Este é um dado antigo, todo mundo que é da área já o conhece, e estou tentando montar agora para 2009.

Nós tínhamos o seguinte: mais ou menos no período de 1995 a 2009, houve muita estabilidade em termos de prioridade macroeconômica na área de educação. Podemos até pegar o valor atualizado, que aumenta, mas a prioridade



macroeconômica para a educação, que seria o percentual do PIB que a educação teve nesse período, foi muito pequena. Acho que é muito importante observar isso. Quase não houve alteração. Ou seja, apesar dos avanços que nós observamos nas ofertas e tudo, a prioridade macroeconômica não se configurou nesse período.

Agora, já podemos perceber que, de 2005 para 2009, houve uma mudança. E onde está essa mudança? No Governo Federal, que é o dado que eu tinha mais claro, nós podemos observar, pois está aqui, que, de 2005 para cá, houve um processo... O ano de 2009 foi muito ruim porque foi um período de crise, quando o PIB deu uma cambaleada, mas na realidade nós tivemos, nesse período, um crescimento de gastos na área educacional, e isso também vai se revestir um pouco nos Estados e nos Municípios. Não sabemos direito qual é o valor, mas nós estamos esperando que, daqueles quatro, vamos crescer um pouco para algo em torno de 4,7 ou 4,8, por aí.

Outra questão importante é que antes você vinha crescendo, e aqui puxava o ensino superior. Nesse período, olhando o Governo Federal, o que nós observamos é que houve uma mudança de estratégia. Se antes o ensino superior absorvia um pedaço expressivo do gasto, hoje já é a educação básica e outros que estão fazendo isso. Então, há uma inversão de prioridades dentro do gasto federal.

Esta aqui é outra coisa importante: essa inversão vai também configurar uma outra coisa importante. Nesse período, pegando 2003 a 2008, nós imputamos o gasto em educação às pessoas. E verificamos o seguinte: houve uma inversão. Esses aqui são os decis de renda, aqui estão os mais pobres, aqui estão os mais ricos.

Este aqui era o período anterior. A educação era quase neutra no sistema distributivo. De 2003 para 2008, há um processo de inversão em que o fato de gastar em educação significa que estou conseguindo aportar recursos para os mais pobres, porque eu dei uma prioridade maior à educação básica, e isso se configura, então, como um processo distributivo. Ou seja, se a educação antes era um gasto neutro, no sentido distributivo, a partir desse período, não é à toa que o Gini cai, entenderam? Até neste caso, que é um gasto em que os recursos não pegam o monetário, você observa que as prioridades acabam levando a um sistema mais



distributivo. Ainda é pouco, mas, na realidade, isso aqui expressa uma nova realidade em termos de gasto público.

Bom, apesar de tudo isso, nós avançamos, mas mantivemos fortes desigualdades. Aqui estão todos os avanços que nós tivemos, há um conjunto pegando esse período, e onde estão as principais desigualdades? As principais desigualdades estão nos indicadores de renda, que acho que é um bom vetor para a desigualdade.

Então, vamos observar que, na frequência do zero a três, avançamos, mas o cara mais pobre agora que conseguiu chegar ao quinto do começo do 95. Quando eu pego a frequência líquida, de 15 a 17, que seria, teoricamente, o ensino médio, o pessoal do último quinto já está quase todo certinho, na idade certa. Quem está com problema é o pessoal mais pobre.

Se vocês observarem, sempre que eu olho os mais pobres, aqui, na 18 a 24, entre os mais pobres, muito pouca gente está adequada à idade. Quando eu pego o pessoal entre os 20% mais ricos, da escala da PNAD, eu já tenho um número bem diferente. E, no analfabetismo, não dá nem para comparar.

Ou seja, nós estamos avançando no Brasil, mas estamos mantendo as desigualdades, principalmente as focadas na renda, em que os mais pobres ainda têm déficits que precisam ser sanados. Daí a importância da educação, principalmente do combate ao analfabetismo, da educação básica, da universalização da educação em geral.

Este é um aspecto interessante, pegando 2009, juntando analfabetismo e ensino médio, por Estado. Nós temos bolsões, focos de analfabetismo que puxam a idade média para baixo e lugares em que o analfabetismo pode dizer-se quase erradicado. Então, o Brasil continua dando demonstração de muita desigualdade territorial também. A desigualdade não é só de renda, a desigualdade é também regional.

Também tivemos outra coisa interessante: este índice de adequação idade/anos de escolaridade, em que, numa tentativa de medir qualidade, não dá para dizer que o que estamos oferecendo está de pior qualidade, porque está avançando. Nós saímos daqui, de 41 para 60, a adequação idade/anos de estudo.



Melhoramos. Vemos que vai caindo muito forte, mas, de 2001 para 2008, também melhoramos neste quesito. Porém, ainda é muito baixo.

Onde existe o problema? Nas regiões. Há regiões onde este quesito já é bem menor, e há regiões que puxam muito para baixo essa média. Então, de novo o argumento é: nós estamos avançando em termos de qualidade — ainda é muito baixa a qualidade, nós estamos avançando — e temos ainda focos regionais muito poderosos. E, se fizermos isso para os mais pobres, com certeza, vai valer.

Isto aqui já está usando a linha de 70. Nós já usamos a linha de pobreza extrema para ver como está a situação dos extremamente pobres. Extremamente pobres é este pessoal aqui, que é o pessoal que deve ser atingido pelo programa proposto aí. Então os extremamente pobres têm uma média de escolaridade muito baixa, muito diferente dos não pobres. Estes não pobres são famílias em que a renda *per capita*... Nós estamos dizendo que uma família com um salário mínimo por cada indivíduo seria não pobre — uma família típica brasileira de 4 pessoas, com uma renda média de 2 mil reais por família. Esta família seria não pobre no caso brasileiro.

Vocês vão ver os diferenciais de renda, que são muito grandes. O analfabetismo absoluto é muito grande entre os não pobres, o funcional é muito grande, e a distorção também é muito grande.

De novo, quero dizer o seguinte: é fundamental para este grupo um *quantum* de educação porque eles estão muito atrasados, principalmente para os extremamente pobres.

Aqui, repito isso em gráfico, só para vocês terem a dimensão dos pobres, extremamente pobres para os não pobres, ou seja, o *quantum* educacional que um pobre tem são 3 anos, enquanto o não pobre já tem quase completado o seu ensino médio, vai caminhando para isso.

Bom, aqui nós temos uma brincadeira, que é um negócio sobre retornos à educação. E vamos observando que esse é o retorno comparando o indivíduo daqui com o analfabeto. Vocês vão ver que é fundamental possuir educação, só que vai diminuindo o retorno em função de que se vai escolarizando mais gente, e os retornos à educação vão caindo, o que vai dizendo, claramente, o seguinte: é preciso aumentar o *quantum* de educação para ter maior retorno. Ou seja, o



mercado de trabalho brasileiro hoje não suporta mais só ter o ensino fundamental, é preciso avançar.

Então, não adianta só cumprir: “Ah, chegamos à educação básica, está tudo bem”. Não está tudo bem, não, porque há retornos necessários, importantes, que vão exigindo que ampliemos o *quantum* educacional permanente.

Aqui tenho por profissões, por posição da ocupação principal e por trabalho principal. E isso aqui, na realidade, é o número de educação. Vocês vão observando que, na maioria das profissões, para pessoas com até dez anos de estudo, não muda a média salarial. É preciso avançar no quesito educacional para dar um pulo na renda, senão não avança. Há algumas áreas, como a do emprego doméstico, em que não adianta ter educação. Educação é um negócio em que se vai avançando, e não se avança tanto assim, até porque não existe tanta gente bem educada no emprego doméstico como nós imaginamos. Mas o importante é se perceber isso aqui. A pessoa muda esse ponto em determinado patamar. Com tudo isso aqui, nós estamos medindo a educação por anos e média de estudo. É um refinamento muito básico.

Aqui nós fizemos o seguinte: mostramos que a educação é importante para as pessoas. Como é a educação para a economia? Aí vem outra pergunta: gastar em educação é ou não importante para a economia e/ou para as famílias? Então nós fizemos um modelo, usando matriz de contabilidade social, e demos um choque nela. Foi um trabalho de um ano, Esses números resultaram de um trabalho extenso em que se pegou a contabilidade nacional e esses gastos educacionais para ver o que eles significam. E nós observamos, algumas pessoas até já falaram sobre isso, que, se pegarmos 1% do PIB e aplicar em educação, vamos ter um multiplicador de PIB de 1,85%, um dos melhores multiplicadores.

Ou seja, gastar em educação é bom para a economia, é bom para o crescimento, e acho esse um ponto importante. Por quê? Porque a educação emprega muita gente, são pessoas espalhadas pelo Brasil inteiro. Mais ou menos 2,9 milhões de pessoas estão empregadas nessa área, com salários não tão altos, porque se gasta muito de bens brasileiros. Em geral, esse consumo não vaza para o exterior. Por outro lado, compra-se livros, merenda, ou seja, faz-se a roda da economia funcionar, principalmente a da economia brasileira, o que significa que eu



tenho um bom multiplicador de PIB. Isso é bom para o crescimento e também para o aumento da renda das famílias. O Bolsa Família é melhor para o crescimento da renda das famílias do que para o crescimento do PIB, porque ele é pequeno. Já ao se falar em educação, fala-se em 5% do PIB, o que não é pouca coisa. Estamos falando em algo grande, de um setor extenso da economia brasileira. Mas há uma infelicidade: de tudo que eu gasto, uma parte volta fortemente para o Estado, porque o sistema é muito regressivo.

Então, de tudo o que se gasta em educação, quando se encerra o ciclo econômico, 55% voltam como estrutura tributária. Então, gastar em educação é importante para o PIB, como eu falei anteriormente, distribui melhor, mas o sistema tributário, sendo tão regressivo, acaba voltando ainda uma parte muito extensa desse gasto para o sistema tributário.

Aqui temos o multiplicador do PIB: de verdade, a educação é melhor, saúde vem em sequência, e os juros contam negativamente para o PIB, o que já era esperado. O Bolsa Família é um bom multiplicador de renda das famílias, já a educação não é tão boa quanto o Bolsa Família, o que também já era esperado, porque o Bolsa Família atinge famílias muito pobres e é central na estrutura dessas famílias.

Isto aqui confirma o que eu disse antes: qual o efeito da distribuição do gasto em educação? O efeito da distribuição é, quanto mais para cá, melhor o efeito distributivo; quanto mais para cá, ou é neutro... O que nós observamos é o seguinte: alguns fatores contam muito negativamente na estrutura distributiva; e outras contam muito positivamente, como Bolsa Família. Educação é boa para a distribuição? Não é tão boa quanto o Bolsa Família, mas é boa para a distribuição, ou seja, faz cair o Gini, e é importante para a distribuição.

O efeito educacional no campo é muito importante, tem um efeito muito importante, porque lá a desigualdade é muito grande, é difícil, então tem um efeito que nós conseguimos imputar até maior do que no meio urbano. Se a nossa pobreza era rural, gastar em educação é importante para mudar esse quadro.

Aqui temos um quadrante: vindo para cá é ruim, não gera crescimento nem diminui a desigualdade; vindo para cá, amplia crescimento e diminui desigualdade. Diríamos que educação é boa para o crescimento, mas não é tão boa para diminuir



a desigualdade, mas é. Já o Bolsa Família é bom para diminuir a desigualdade, mas não é tão bom para o crescimento. E esses aqui são neutros. E os juros estão aqui como algo negativo, não são bons nem para o crescimento nem para a diminuição da desigualdade. Então, temos um vetor: podemos escolher por aqui o que nós queremos crescer no gasto. E é o que importa, porque minha tese original é o desenvolvimento. Não qualquer tipo de desenvolvimento, mas um que propicie crescimento e gere igualdades.

Por último, temos dois *slides* mostrando a estrutura tributária, o que eu acho importante como um alerta. A estrutura tributária brasileira é muito regressiva, porque ela é baseada em impostos indiretos. E como infelizmente a educação é fortemente financiada por impostos indiretos, Imposto sobre Circulação de Serviços e Mercadorias — ICMS principalmente, acaba que aqueles mais pobres que estão recebendo esse *quantum* educacional, que é importante... Eu distribuo bem pelo lado dos gastos, mas não distribuo bem pelo lado dos tributos, porque grande parte do financiamento para educação é baseado em uma estrutura tributária muito regressiva, o que dá para se ver aqui. Isso era assim em 2002, melhorou um pouco em 2009, mas ainda é muito regressivo.

O último, para os senhores terem uma ideia, aqui está o perfil da renda, aqui estão os mais pobres, que pagam impostos, as pessoas acham que não pagam impostos, mas deem uma olhada aqui, e os senhores vão ver o que recai sobre os mais pobres, 32%.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - São os verdadeiros contribuintes.

O SR. JORGE ABRAHÃO DE CASTRO - Bem, o que eu queria dizer, só para finalizar, é que a educação tem um importante vetor de crescimento, é um gasto público relevante, não só pelo que ela vai fazer no futuro em termos de gerar cidadania e importância, mas gasto público atual no momento para gerar crescimento e distribuição.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Vou passar a palavra ao Deputado Federal licenciado Thiago Peixoto, representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação — CONSED.



O SR. THIAGO PEIXOTO - Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos. Entendo que de todos os pontos que esta Comissão discute com relação ao PNE, sem dúvida alguma o que traz mais curiosidade ou o que traz mais empenho é a questão do financiamento. Não porque não se pensa em qualidade, mas é porque esse ganho de qualidade tem uma relação direta com a necessidade de investimento em educação de que nós precisamos.

(Segue-se exibição de imagens)

E existe uma meta no Plano, a Meta nº 20, que cuida exatamente disso, que fala da ampliação progressiva do investimento em educação até se atingir no mínimo o patamar de 7% do Produto Interno Bruto do País.

Existia inicialmente um questionamento sobre se esses recursos seriam suficientes ou não para o Plano. Nós últimos dias, o MEC colocou à disposição de todos algumas planilhas que mostram como eles chegaram a esse dado de 7%. Aqui trazemos alguns questionamentos feitos pelo CONSED com relação a se de fato esses recursos são suficientes e se de fato eles vão atingir a qualidade educacional de que nós precisamos.

O primeiro questionamento que nós colocamos em discussão é para saber se esses 7% do PIB correspondem ao investimento público total ou se ao investimento público direto em educação. Se for ao investimento público total, seriam 5,7% do PIB o investimento atual que o País faz em educação. Se for ao público direto, de 5% do PIB. Esses 0,7% representam 22 bilhões de reais, ou seja, é muito dinheiro, então não é uma diferença pequena, mas uma diferença que pode de fato significar muitos avanços na educação.

Agora, a planilha que o Ministério da Educação divulgou mostra que a base de dados que eles usam é baseada no investimento direto. Mas nós percebemos algumas variações, algumas incoerências nesse sentido, porque existem metas que levam em consideração não o investimento direto, mas o investimento total. Então fica esse questionamento aqui, para de fato sabermos se vamos considerar o investimento público total ou o investimento público direto em educação.

Outro ponto fundamental: nós todos queremos saber, é importante saber — porque esse plano não pode ser simplesmente uma Carta de Intenções, ele tem que ser um plano que de fato será cumprido — quem vai pagar essa conta e como.



Aqui nós temos alguns dados que mostram como esse investimento direto em educação foi dividido entre os entes nacionais. Ou seja, desse percentual investido, 19,7% foi responsabilidade do Governo Federal, a União; Estados e Distrito Federal foram responsáveis por 41,2%; os Municípios, responsáveis por 39,1%. Aqui fica muito claro para nós que recai um peso maior sobre Estados e Municípios. E qualquer avanço que discutamos aqui tem que considerar de forma significativa maiores investimentos por parte do Governo Federal e da União. Isso é muito claro: nós, Estados e Municípios — a UNDIME vai falar aqui também — nos sentimos um pouco sacrificados em planos, normas que são criadas, leis que são criadas, e que não consideram a fonte de investimento, e acaba sobrando para Estados e Municípios terem que pagar essas contas. Então, é muito importante isso ser definido de forma clara: que esse peso maior recaia sobre a União e que venha a equilibrar esses números atuais, que são tão desproporcionais. O investimento desses 5% são divididos em 4,3% em educação básica, e 0,7% em educação superior.

A proposta que o MEC apresenta dentro do Plano Nacional de Educação para se chegar aos 7% é de 5,8% do PIB para a educação básica e 1,2% para o ensino superior. Esse é o aumento que o PNE propõe.

Agora, uma outra dúvida que existia é sobre quando esse percentual de investimento vai ser atingido, se imediatamente, a partir do próximo ano, ou se será de forma gradativa. Essa dúvida também foi respondida pelo MEC, que entende que esse investimento vai ser feito de forma gradativa.

E aí aparece um outro questionamento, porque o CONSED entende, os Estados entendem que a maior necessidade de investimento, devido as metas que temos que atingir, é no início. Nós percebemos que seria fundamental que esses 7% do PIB fossem vistos como investimento inicial, ou seja, a partir do primeiro ano do Plano, e não algo a ser atingido durante os dez anos.

Discute-se também uma nova composição do custo aluno/ano. Hoje, 60% do custo/aluno/ano é atribuído à remuneração dos profissionais de magistério, e nós consideramos que, pelas metas que o Plano apresenta, esse dado deve ser aumentado de forma significativa. Por exemplo: a Meta nº 17 propõe uma elevação



que seria necessária de 36% no mínimo sobre esses 60%, para que pudéssemos atingir as remunerações hoje propostas pelo Plano Nacional de Educação.

Aqui há um dado que cabe mais aos Municípios, mas que serve bem como referência: no caso da educação infantil, esse custo passaria de 2.252 reais por aluno/ano para 3.063 reais, sendo que 71% desses recursos seriam necessários para os profissionais do magistério, e 29% para outras despesas também fundamentais na educação.

Aqui consideramos alguns fatores variáveis do plano, que são a expansão tanto da rede de educação infantil quanto da educação em tempo integral. Educação técnica e profissional têm implicações relevantes em termos de espaços físicos e equipamentos cujos investimentos se dão em grande volume no momento da implantação. Ou seja, aquela referência que fiz anteriormente. Neste momento que temos que ampliar de forma significativa os nossos investimentos em infraestrutura, nós vamos precisar dessa parcela de maiores investimentos no início do plano. E aí tem um outro lado interessante, que é essa expansão. Ela expõe despesas de caráter continuado, relativos a material de consumo e a de pessoal, mas, sem dúvida nenhuma, o maior impacto é no início, é no começo. Então temos que rever esse fator.

Outro fator importante, variável a ser considerado é com relação ao número de alunos que nós teremos nos próximos anos. Existe uma tendência de queda no número de aluno de cerca de 82 milhões para 75 milhões da população em idade estudantil. Então, eu uso essa informação mais uma vez para mostrar a importância do investimento, logo no começo do plano e não para ser atingido em 10 anos.

Para concluir, o CONSED, Conselho Nacional dos Secretários de Educação, esse colegiado, entende que o Plano Nacional de Educação é fundamental, é muito importante. Nós entendemos que precisamos ter um plano ousado, que seja visto nacionalmente com algo estratégico, mas nós temos os pés no chão. Nós temos uma preocupação muito grande com relação a essa conta que deve ser paga e que neste momento é paga em sua maior parte por Estados e Municípios.

Então, nós esperamos que o Plano, de forma clara, atribua as responsabilidades, as metas pelas quais Estados, Municípios e União vão ser responsáveis e qual a capacidade de investimento desses entes. E que de fato seja



a algo atingível, não seja um plano, como eu disse aqui, uma mera carta de intenções.

É importante vermos a questão histórica. O primeiro plano nacional, que terminou no ano passado, tinha 295 metas, e, no meu ponto de vista, uma meta fundamental do plano referente ao financiamento foi vetada, e isso não deu condições para que o Plano, em sua totalidade, fosse atingido.

Discuto isso aqui hoje, e peço atenção especial para todas as metas que o plano tem. Essa meta de nº 20, com relação ao financiamento, de forma muito clara é a que vai dar condições para que nós possamos avançar em todos as outras. E, se ela for prejudicado de alguma forma, se os valores não forem adequados, ou outros problemas venham a ocorrer com essa meta, nós estaremos atrapalhando não simplesmente o atingimento de uma meta, mas de todo o Plano.

Então, peço aos senhores e senhoras que vão discutir essa questão com mais profundidade que considerem de forma firme a possibilidade de que em cada meta seja estimulado — isso já está sendo discutido aqui — valor adequado, quem é que vai pagar esse valor, se Estados, Municípios ou União.

Essa a contribuição do CONSED.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Seguindo as apresentações, passo a palavra ao Sr. José Marcelino Rezende Pinto, professor associado da Universidade de São Paulo.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO - Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui. Tive a honra de ter participado também de uma audiência no plano anterior, em que o Congresso teve um papel importante ao aprovar a questão dos 7% do PIB, mas, como lembrou o Deputado, infelizmente, não foi implementado. Então, agora voltamos ao debate. Talvez, se tivéssemos aplicado os 7% do PIB, estariámos numa situação um pouco mais tranquila.

Eu acho que o momento de um plano é sempre um momento muito rico na vida de cada um, no sentido de se pensar o desenho do futuro que queremos. No fundo, acho que este é o momento.

O que vou procurar apresentar é um cenário de plano, que é um cenário suscetível de debates, de divergência, mas com aquilo que eu acho que um plano



tem que ter, concordando com o Deputado. Quer dizer, pensando em passos. E cada passo vai ter em custo. Então, quanto mais claros eu deixar esses passos, acho que mais chances teremos de transformá-los em realidade. E eu entendo que vamos ter pela frente dois grandes desafios: o desafio da quantidade e o da qualidade. Eu vou trazer alguns elementos desse desafio, como assegurar, por exemplo, 12 anos de escolaridade para a população de 18 a 24 anos. Então, estamos falando de jovens. É um desafio de impacto gigantesco do ponto de vista da quantidade.

(Segue-se exibição de imagens.)

Quanto ao desafio da qualidade, também não posso me contentar com o atual padrão de financiamento. O Plano, na verdade, acho que é a articulação desses dois desafios. Entendemos também, pois acho vivemos um momento da nossa história, que, em função exatamente do acumulado, o País vai ter que fazer um esforço maior para conseguir depois chegar a um patamar de estabilização com o mesmo índice do de outros países, mas, no momento em que vivemos, acho que vamos ter que dar aquele passo a mais.

Eu comparo um pouco, às vezes, com o esforço para acabar com a inflação no País. O Brasil fez um esforço financeiramente muito elevado, e conseguiu, felizmente, acabar com a loucura que era a inflação. Nós tivemos outros desafios de impacto e vencemos. E acho que nós precisamos ter na educação um plano de impacto.

Primeiro vamos dimensionar os desafios. Temos um desafio que é a alfabetização da população de 15 anos ou mais. Qual é a dimensão desse desafio de alfabetizar essa população? Até 2015, seriam 4 milhões de pessoas que nós teríamos que alfabetizar; até 2020, 14 milhões ao todo. Isso só para ter uma ideia do impacto. Outra meta seria reduzir o analfabetismo funcional pela metade, na mesma faixa etária. O que é isso? É garantir pelo menos quarto anos de estudo — o que é muito pouco —, pelo menos isso, para metade dessa população de 15 anos.

Qual seria a dimensão desse processo? Teríamos de alfabetizar mais 14 milhões de alunos. É claro que se eu atender esse, eu atendo esse. Como estou trabalhando na mesma faixa etária, se eu garanto esse, eu garanto o de cima. Quer dizer, o primeiro universo quantitativo que estamos trabalhando é a incorporação de



14 milhões de pessoas que estão fora da escola, porque aqui estamos pegando os que estão fora. Agora vamos para mais um desafio da quantidade.

Este talvez seja o de maior impacto, em cima inclusive da discussão que o Jorge trouxe aqui, o impacto no ponto de vista do desenvolvimento, o impacto do ponto de vista da renda. Garantir 12 anos de estudos, o que seria o equivalente à conclusão do ensino médio para a faixa de 18 a 24 anos. Então, estamos pagando uma faixa relativamente curta. Mas olha a loucura do desafio.

Como é que foi pensada essa tabela? Quantos jovens nessa faixa precisariam de um ano de estudo para concluir o ensino médio, e que estão fora da escola? De um total de 8 milhões e 600 mil, em um ano eles sairiam. Parece algo fácil, mas, desses, só 1 milhão e 200 frequentam a escola. Temos 7 milhões, mas sabemos que não é simplesmente pegar 7 milhões, jogar na escola e automaticamente dar um ano. Então, o que esse plano desenha, de um lado, são os desafios, a meu ver, do ponto de vista da educação de jovens e adultos. Porque aqui nós vamos ter um perfil... Porque temos a ideia de que na educação de jovens e adultos está a população mais idosa, mas não. A educação de jovens e adultos, hoje, é basicamente formada jovem. Então, acho que um elemento central do Plano é essa questão do impacto na educação de jovens e adultos, que é um desafio para o Brasil muito grande.

Quantos precisariam de 2 anos para concluir? Só 1 milhão e 200 na escola. Resumindo, esse segundo conjunto de metas implica um outro universo de 14 milhões. Então, somando aquele com esse, eu teria, no que se refere a metas que estão no projeto, 28 milhões de estudantes num prazo de 10 anos, mas entendendo que só isso não basta. Para muitos vão precisar de 8 anos de escolaridade, para outros, de 2. Então, só para tentarmos dimensionar o que isso significa, qual o tamanho disso, para termos inclusive uma noção de realidade do esforço que tem que ser feito.

A discussão da dinâmica populacional também acho importante. Quer dizer, o País está vivendo uma dinâmica populacional. O que vamos observar? Em 2009, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD, a população de zero a três... Sabemos que de zero a três é outro gargalo que vem desde o plano anterior, que impacta muitos Municípios. Vamos ver também que o



custo é elevado. Se eu penso uma creche de qualidade, o custo é elevado. Então, o que eu vou ter na dinâmica populacional? Na linha do que disse o Deputado Thiago, de 2009 a 2016, praticamente a população na faixa de zero a três está mantida. Eu vou ter uma curva descendente no final. É claro que isso é projeção. Na faixa de 4 a 17, vamos ter uma queda. Esta é a faixa da obrigatoriedade, que tem que ser concluída até 2016. *"Mas eu não posso esperar até 2020, porque vai ter uma diminuição de 5 milhões"*. Concordo com o Deputado. Pelo contrário. Quer dizer, isso só mostra a importância de quanto antes... Não posso trabalhar com a ideia de que existe um bônus populacional no sentido de que se eu não fizer nada é ótimo, porque a população vai diminuir. Até porque, exatamente como mostrou o Jorge, nos segmentos mais pobres, como o do campo, é exatamente onde estão essas pessoas. Então, se eu não fizer um esforço para colocá-las dentro do sistema, em 2020 eu vou ter o mesmo perfil que o Jorge mostrou. E a faixa de 18 a 24 praticamente está estável.

Então, só para mostrar que temos um cenário bom do ponto de vista populacional, a meu ver, para o planejamento, mas isso não significa falar que eu não preciso fazer nada, que está tudo resolvido.

Agora, o desafio dos 4 aos 17 anos, que são exatamente quantos estão fora. Tenho o desafio dos 4 aos 17 e tenho a meta, que é uma meta forte, uma meta dura, que é a dos 50% de atendimento de zero a três anos.

Então, a de 4 a 17 nós temos que atingir em 2016. Essa meta em si já tem um potencial de cerca de 3 milhões de alunos no sistema. Na meta de zero a três, eu também tenho o equivalente a 3 milhões. Eu vou ter uma queda na faixa de 6 a 14 anos. Então, estimamos um impacto, já considerando a dinâmica populacional de mais 5,4 milhões. Para vocês terem uma ideia, fizemos uma avaliação do ponto de vista do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação sobre o que significaria se incorporássemos já essa população que está fora da escola na faixa de obrigatoriedade. Teríamos uma queda no valor do FUNDEB, por aluno e, para retomar o mesmo valor, eu precisaria o equivalente a 7 bilhões, porque se eu vou colocar mais alunos e esses alunos vão entrar no bolo FUNDEB, o que vai ocorrer? O pedaço de cada aluno vai ser menor. Então, para ficar do mesmo tamanho eu



precisaria de mais 7 bilhões. Só para ter uma dimensão, 7 bilhões é praticamente a complementação da União. isso para ficar do mesmo tamanho, só para termos uma dimensão. É isso: o impacto em cima de Estados e Municípios basicamente.

Então, fazendo uma conta, que não é simples, só para termos uma noção do potencial, eu teria um potencial de 14, mais 14, mais 5, igual a 33 milhões de atendimentos. Quer dizer, esse é o universo potencial que esse plano, se ele quiser ser um plano realista, ele tem que ter claro.

Agora vamos para a segunda parte do esforço, que é o esforço da qualidade.

A primeira questão é que o FUNDEB é um inegável avanço, mas eu acho que há a constatação de que ele não assegura qualidade — pelo menos a qualidade que nós esperamos. Então, o mínimo do FUNDEB em 2010 era de R\$ 1.416,00, ou seja, R\$ 120,00 reais por mês. Eu gosto de colocar em valor mensal para termos uma dimensão mais clara.

O Custo Aluno/Qualidade, que foi um esforço articulado da campanha com várias entidades e trabalhava com a ideia não da educação de qualidade dos sonhos, mas daquele mínimo que seria garantido, trabalha com um valor que é praticamente o dobro — sempre lembrando que a ideia do CAQ é daquele mínimo e não a média nacional. O CAQ não é o ponto de chegada, mas o ponto de partida da qualidade. Essa é a ideia.

Por último, qual é o valor da mensalidade de uma escola privada no Brasil? Com certeza, uma escola de classe média no Brasil não sai por menos de R\$ 500,00, R\$ 600,00. Se pensarmos que em todos esses Estados o FUNDEB garante R\$ 120,00, a conclusão é de que dinheiro faz diferença na qualidade. Essa é também uma importante discussão. Qual é a rede com melhor desempenho no Brasil? A rede técnica federal, que tem um custo/aluno claramente diferenciado. Então, não tem jeito. No Brasil, as boas escolas privadas têm uma mensalidade claramente diferenciada, não tem jeito.

Educação é salário. Quem é administrador educacional sabe disso. Se quisermos aumentar salário, e a ideia desse plano é aumentar salário, o gasto terá de ser ampliado, porque de 85% a 90% do que se gasta em educação é salário.

Estes dados são de 2006, a situação hoje está um pouco melhor. Uma observação importante. Quanto menor o aluno, menor o salário do professor. O



professor de creche tem o salário mais baixo de todos. Nós, que trabalhamos em universidades, estamos em situação um pouco melhor, não é, Nelson? Nós estamos aqui. Quando eu falo em trabalhar com salários equivalentes aos de profissionais... Os economistas amigos do Jorge às vezes dizem que professor não ganha mal, e eu brinco: “*Bom, mas o salário do economista é R\$ 3.500,00...*” (*Risos.*)

Então, observamos que o salário do professor claramente foge do padrão de profissionais de nível de formação equivalente, ou seja, está fora do padrão.

Os dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio mostram o seguinte: um professor formado em nível superior ganha o equivalente a um profissional de nível médio no mercado. Essa é a diferença. Na PNAD isso fica muito claro.

A falta de recursos vai fazer faltar insumos. Aqui temos os insumos das escolas. Os senhores podem observar que, para o Brasil... Aqui, selecionamos o *kit* básico de qualidade. Acho que todos concordamos que uma escola de qualidade tem de ter uma biblioteca, um laboratório de informática, um laboratório de ciências, quadra e acesso à Internet. Isso é o que chamamos de *kit* básico da educação.

Para o Brasil, podemos observar neste gráfico que o mais alto vai a 20%. Quem está daqui não consegue nem ver, não é?

Aqui estão Sul e Sudeste. O que podemos observar? A falta de qualidade, que significa um subfinanciamento, gera uma escola que paga baixos salários e não garante insumos básicos para qualidade. Pode haver insumo e não haver qualidade? Pode. Pode ser pago um salário lá em cima e não haver qualidade? Pode, mas nesse caso há como cobrar. Agora, se não há insumo, não há salário para atrair um bom profissional e se o concurso público é feito e não se consegue preencher as vagas porque os professores não passam... Por que isso acontece? Por que o salário não atrai? É quase natural não haver qualidade.

E agora vamos construir o nosso plano. Construindo um cenário de qualidade. Atender as demandas da expansão com melhoria progressiva do padrão de qualidade.

Aqui, temos de ter uma referência, que é a do PIB *per capita*. Fazemos a discussão do PIB e a outra discussão é sobre o montante que o País terá de aplicar. O outro referencial tem de ser o quanto vamos gastar por aluno. Podemos fixar em



dólares ou reais, mas internacionalmente um bom parâmetro é o PIB *per capita*, o quanto aquele gasto representa do PIB *per capita*.

Qual é o desenho do cenário que estamos fazendo? Estamos fazendo um cenário em que o Brasil vai sair... Creche é o grande desafio. Estão aqui Cleuza, que administra muitas creches, e Marisa, que já foi secretária. O custo de creche é muito elevado. No esforço feito para ver qual seria o padrão mínimo para garantir qualidade em creche, chegamos a 40% do PIB *per capita*. É um esforço gigantesco, se pensarmos que vai recair sobre os municípios.

Em pré-escola, estamos propondo uma expansão progressiva, ou seja, sair de 15% para 20% do PIB *per capita*, que é um parâmetro internacional.

Aí há um dado interessante. Deixe-me ver se é a próxima, porque aqui há tanta tabela... Acho que até já passei a tabela. Mas qual é o dado interessante? É muito comum falarmos: “O Brasil gasta 5% do PIB em educação, os Estados Unidos gastam 5% do PIB em educação”. Então, tentamos analisar o gasto/aluno em dólar, no mesmo padrão de preços, de paridade de poder de compra. Vemos que 1 ano de um aluno nos Estados Unidos corresponde a 6 anos investidos num aluno brasileiro, ou seja, é um grau de desigualdade muito grande. Mas podemos dizer que isso é esperado, porque os Estados Unidos são um país muito mais rico que o Brasil. Porém, quando comparamos o gasto/aluno em relação ao PIB *per capita*, não poderia haver diferença, pois, quando comparamos o PIB *per capita* de cada país, estamos comparando com a riqueza dele mesmo. Então, se os países fazem o esforço de 20% do PIB *per capita* por aluno, por que o Brasil não pode fazer o esforço de 20%, de 25%? Na verdade, o esforço teria de ser até maior, porque o PIB *per capita* é menor. Aí é a tristeza de ser pobre. Teria de ser feito um esforço maior não para empatar o jogo, porque nunca vamos empatá-lo, mas para diminuir um pouco a distância, que é muito grande.

No Brasil, historicamente o gasto inicial gira em torno de 11%, 12% do PIB *per capita*. Hoje, o MEC tem usado valores de quase 20% do PIB *per capita*.

O que eu posso dizer é que eu pesquisei financiamento da educação há 20 anos e não consigo acreditar que teremos saído de um patamar de 11% para 19% sem que isso apareça claramente nas redes de ensino. Então, eu acho que há problemas no sistema. Acho o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos



em Educação — SIOPE muito interessante, porque é um esforço de coleta de dados, de informações, mas não dá para acreditar nesse número. Não se aumenta em 80% do gasto por aluno, porque isso mudaria a cara da escola brasileira e, infelizmente, acho que isso não aconteceu. Eu gostaria que tivesse mudado.

Qual é o cenário pensado? O Brasil tem desafios na área de creches e de pré-escola. Então, nós desenhamos um cenário partindo de 2010, considerando a matrícula pública em 2010 e estimando expansão. Para cumprir as metas, o Brasil teria de chegar em 2016 com 3 milhões e 20 mil crianças em creches e 4 milhões e 700 mil em 2020.

Por que eu gosto desta planilha? Porque se pode discordar dos seus dados, se pode dizer que a meta de expansão não é satisfatória, mas ela está aí, aberta ao debate.

Primeiro, fizemos um cenário de expansão quantitativa. Como eu disse, os grandes desafios estão em creches, em EJA — Educação de Jovens e Adultos —, pois é exatamente a EJA que vai atender aos cerca de 28 milhões que eu mostrei, e a educação especial, que no Brasil é esquecida.

Temos a hipótese de que muitos dos analfabetos, de que muitos dos que estão fora das escolas são exatamente as crianças com necessidades, com deficiências. Quando comparamos a estatística mundial de proporção de população com deficiência vemos que é em torno de 6% a 10%, e, no Brasil, o número de matrículas é insignificante, ou seja, não reflete o conjunto da população. Por isso estabelecemos uma meta forte para a educação especial, pensando em educação especial inclusiva, saindo de 700 mil para 2 milhões e 200 mil.

Para educação profissional, colocamos a meta saindo de 900 mil para 2 milhões, porque é um outro gargalo. O nó que o ensino médio vive no Brasil é este: se oferece vagas, o jovem não fica na escola porque é uma escola que não faz sentido para ele. Então, a educação profissional é uma meta forte.

E, finalmente, a meta da educação superior. Hoje, o Brasil oferece uma das menores taxas em educação superior, mesmo se comparado a países da América Latina. Levamos de 4 a 0 da Argentina quando comparamos o atendimento. É claro que o nosso desafio é mais complexo, mas estamos comparando proporcionalmente.



Agora, vamos ver finalmente a conta. Nós fizemos um desenho de metas de expansão, um referencial de qualidade, que é ampliar o gasto em relação ao PIB *per capita*. Agora vamos ver a conta, que é o que o Deputado trouxe ao debate.

Esta é a conta. Eu não vou detalhar caso a caso, mas o que nós temos aqui? Para cada meta quantitativa vamos ter um valor e um percentual do PIB. Observem aqui o grande esforço no setor de creches; outro grande esforço na faixa de educação de jovens e adultos, outro grande esforço na educação superior. E, ainda, o da educação especial, pois sairíamos de um patamar praticamente inexpressivo de gastos para o patamar de 0,5% do PIB.

Agora, a síntese desses resultados. Teríamos, em 2016, gasto equivalente a 7,7% do PIB, já considerando a demografia e a lógica de expansão do PIB *per capita*. Aqui, estamos trabalhando com modelagem de expansão do PIB *per capita* e dinâmica populacional e chegaríamos a 10,01% do PIB em 2020, que eu brinco que parece conta de mentiroso. Na hora em que vi esse número, eu disse: “*Está parecendo conta de chegar*”. E por incrível que pareça, não é conta de chegar... (Risos.)

É claro que é um cenário do qual podemos discordar, mas eu espero que sirva de baliza aos Srs. Deputados para pensarem...

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - E o tempo integral?

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO - O tempo integral... Há meta no plano de 50% em tempo integral. Neste desenho, eu preferi ampliar o *per capita* porque, com isso, pode-se pensar num mecanismo de ampliação da jornada escolar. Mas se aplicarmos metade aqui em tempo integral, vai subir mais. Estamos fazendo algumas estimativas de tempo integral e é pelo menos de 60% acima. O entendimento nesse cenário foi exatamente pensarmos em melhorar o *per capita*, porque com isso viabilizamos políticas de tempo integral. Quem pode se beneficiar muito do bônus demográfico é o tempo integral, se bem que é complicado porque nem sempre a escola está vazia onde há alunos. Vivemos um processo em que as escolas centrais esvaziam, então nelas há possibilidade de fazer tempo integral. Nas escolas estaduais isso é muito comum, porque geralmente são mais antigas. Mas a



pressão populacional está na periferia. Lá, onde talvez fosse mais positivo o tempo integral, é onde não há escolas, é onde às vezes tem-se de pôr três turnos.

De onde vem o dinheiro? Quem paga a conta, Deputado? Não podem ser as famílias. Estamos falando aqui em investimento público. Muitas vezes pensamos em expansões e, na verdade, são as famílias que terão de arcar com elas. Se o poder público não garantir a creche, as famílias não vão conseguir. E quem está fora da creche é o mais pobre. Portanto, a conta tem que ser paga pelo poder público.

Temos uma carga tributária que gira em torno de 35% do PIB. Dez por cento do PIB cabem em 35%? Cabem. É claro que isso implica disputas. Não estamos falando numa carga tributária em 20% do PIB, mas num cenário de carga tributária significativa.

Por último, a discussão que o Deputado trouxe. A União paga hoje mais ou menos 20% da conta da educação — Estados e Municípios pagam 80%. De cada 100 reais arrecadados, considerando a carga líquida, a União fica com cerca de 60, os Estados com 26 e os Municípios com 14. Há, portanto, um desequilíbrio no pacto federativo. O fim da DRU foi positivo, entretanto beneficiou mais a União. A mesma emenda que ampliou a obrigatoriedade ampliou os recursos da União, não de Estados e Municípios. As grandes metas de impacto são para Estados e Municípios. A educação superior compete à União. No que se refere à educação superior, pensamos num sistema que ao crescer possa ter custo/aluno menor, porque será um pouco mais ampliado.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Depois de mais uma bela exposição, vamos conceder a palavra à Sra. Cleuza Maria Repulho Rodrigues, Presidenta da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação — UNDIME.

A SRA. CLEUZA RODRIGUES REPULHO - Em primeiro lugar, vamos corrigir meu nome: Cleuza Rodrigues Repulho, sem Maria — nada contra as Marias, é que aumentaram o meu nome.

Sou Secretária de Educação em São Bernardo do Campo, São Paulo. De antemão, agradeço o convite feito à UNDIME e cumprimento os meus colegas de Mesa.



Para usar bem os meus 15 minutos, quero apontar algumas questões já mencionadas pelos antecessores, mas focar principalmente nos Municípios, assim como Thiago fez em relação aos Estados.

Temos no Brasil 5.565 Municípios. Cerca de 20% deles têm arrecadação própria. Esse é o primeiro cenário com o qual precisamos trabalhar para sermos coerentes na hora da discussão.

O Marcelino mostrou que o Plano Nacional de Educação proposto pede que os Municípios invistam 39%, porém ficamos com apenas 18% das receitas para fazerem todos os investimentos. O fator mais desafiador para os Municípios é a questão da creche e da pré-escola — não é, Marcelino? —, porque na zona rural não há pré-escola. Nessa expansão, levaremos até 3 anos para recebermos os recursos. Em 1 ano há a construção, no ano seguinte as crianças são matriculadas e somente no terceiro ano começamos a receber os recursos. Isso é muito importante. Se somente 20% dos Municípios possuem arrecadação própria, vale dizer que não temos o recurso inicial para dar o *start* na construção de novas unidades de creches e pré-escolas.

Há um esforço da parte do Ministério no que diz respeito ao PROINFÂNCIA, mas foi baixada agora uma MP estabelecendo a questão do financiamento no ano de inauguração.

Temos duas ressalvas. Uma, de que é só para as creches do PROINFÂNCIA, e, outra, representa somente o valor mínimo anual do Brasil e não o valor de cada Estado da Federação. É importante porque a creche é uma das modalidades mais caras — ou a mais cara — dentro de todo esse processo, quando estamos falando de crianças com idade entre 6 meses e 3 anos.

Então, vamos abrir aqui a apresentação da UNDIME depois dessas ponderações. Fico contente que o Thiago esteja sensível à questão da creche, pois na próxima reunião, que se refere ao fator de ponderação, nós poderemos discutir com bastante intensidade essa questão, que é uma briga antiga que a UNDIME concede.

(Segue-se exibição de imagens.)

Bom, vamos lá. Em primeiro lugar, a UNDIME quer destacar aqui que as nossas metas e estratégias têm como base a deliberação da CONAE. Por que isso é



importante? Porque nós nos esforçamos muito para que pudéssemos ter uma Conferência Nacional de Educação.

Então, é importante validar o que foi decidido nessa conferência, principalmente porque ela conseguiu atingir parte dos objetivos propostos. A UNDIME faz parte de uma construção coletiva com mais de 200 entidades e integra a Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Os Srs. Deputados receberam esta carta — não vou deixar para falar no final, Daniel, mas vou falar agora para não correr o risco de esquecer —, na qual fazemos algumas ponderações e, principalmente, encaminhamentos que vamos dar dentro dessa tramitação. Quando eu digo “nós” refiro-me à Campanha, e não nós UNDIME, porque é importante alinhar os diferentes segmentos. Nós integramos a Campanha há 10 anos.

Qual é o nosso objetivo, então, como entidades? Fortalecer o PL e ajustar aquilo que falta, corrigir eventuais faltas e principalmente as limitações do PL, já que não foram levadas em consideração algumas questões, e criar ferramentas efetivas para a viabilização de novos recursos financeiros, necessários para a implementação do PNE. Aí, desde o início, a apresentação do Jorge, que considero brilhante, mostra o que é a relação investimento na educação/impacto no Brasil.

Fiquei mais feliz quando vi o impacto negativo relacionado à questão da dívida, juros e amortização de dívidas, que é uma das questões que batemos há décadas no Brasil, e parece que os economistas não nos ouvem, mas vários economistas dão palpite em educação, principalmente na questão do material didático. Então, nós também podemos fazer algumas observações aos economistas.

Com relação às críticas — aí, alinho-me ao Thiago —, eu acho que não fica claro principalmente o financiamento para atingir as metas. O Marcelino e o Jorge deram uma clareza à questão e chocaram algumas pessoas que estão aqui hoje, porém, aqueles que já foram gestores, como a Deputada Dorinha, o Newton Lima e outros, sabem que o que eles estão falando é fato, e fato que precisamos resolver, em algum momento.

Quando do voto, no outro Plano Nacional de Educação, o impacto está se colocando agora. Sempre que nós tomamos uma decisão, essa decisão provoca



consequências. E o veto no plano passado está hoje custando mais caro do que se tivéssemos investido o que realmente era para ser investido há 10 anos.

Isso é fundamental para que não incorramos nos mesmos erros. O Prefeito Celso Daniel, de cuja equipe eu tive muito orgulho de fazer parte, em Santo André, dizia assim: “*Nós podemos cometer erros novos, mas os mesmos, jamais*”.

Então, não levar em consideração a questão do financiamento é fundamental para o sucesso do plano, senão perderemos tempo e recursos na conferência, perdemos tempo agora e perderemos mais crianças, jovens e adultos ao longo de outra década. Nós não teremos outra oportunidade como esta.

Há necessidade de partilhar e, principalmente, como disse o Thiago, a questão da pactuação do regime de colaboração entre Estados, Municípios e União. Não dá mais para quem fica com a menor fatia do bolo da receita tributária arcar com as maiores responsabilidades, e sempre é mais fácil bater na porta do Prefeito. Ele está ali à mão, e aí, para não criar mais problemas, muitas vezes nós acabamos resolvendo problemas das redes estaduais. Em alguns lugares, as coisas funcionam muito bem no regime de colaboração, porém, em outros lugares, ele nem sequer existe entre os entes.

Agora, vamos entrar diretamente na proposta da Campanha/UNDIME. A Meta 20 — a que o Thiago se referiu e hoje é o foco — diz: “*Ampliar progressivamente o investimento público direto em educação pública de forma a atingir, no mínimo, 7% do PIB em até quatro anos após a vigência desta Lei e, no mínimo, 10% do PIB até o último ano de vigência desta Lei, sendo que 80% dos investimentos públicos em educação devem ser revertidos para a educação básica (...)*”

O Jorge mostrou a inversão desse investimento e o impacto que essa inversão vem causando na educação no Brasil.

Entendo que o Jorge ter colocado em um primeiro momento esse impacto faz com que todas as falas tivessem mais sentido. Então, pudemos constatar que o IPEA é um órgão que todos respeitam muito, em que nós ou fazemos ou fazemos. Não há mais escolha nesse processo, não há mais como reverter algumas questões, porque chegamos a um limite: das contratações; da falta da mão de obra; da ignorância dos nossos jovens e adultos que hoje precisam do mercado — o mercado precisa deles no trabalho, mas não temos nem uma coisa nem outra.



Com relação ao financiamento da educação, nós apresentamos de forma muito pontual uma pesquisa inédita da Fundação Itaú, UNDIME e UNICEF. Ela ainda não foi publicada. Então, nós optamos por trazer alguns dados para tentar provar aos senhores que a questão que o Marcelino coloca sobre os dados do SIOPE e do que acontece na ponta não é bem como os dados do SIOPE apontam. Primeiro, porque dos Municípios pesquisados, e nós colocamos aí todos os dados, há muita diferença entre o que mostra o SIOPE e o que, de fato, é o investimento direto nas redes.

Eu vou dar um exemplo. Aqui, a creche, que nem sequer consta no SIOPE, está junto com a pré-escola. Nos Municípios pesquisados nós levantamos um *per capita* de investimento de 5.144 reais para creche de período integral, das 7 da manhã às 7 da noite, com cinco refeições por dia, na qual temos uma relação adulto/criança muito diferenciada da pré-escola, diferenciada do ensino fundamental e das outras modalidades de ensino.

A que conclusão nós chegamos, então, com essa pesquisa? Que os dados do SIOPE, pelo menos da forma como estão organizados, não podem e não devem ser utilizados como parâmetro para comparar o custo médio, pois temos distorções muito evidentes e muito práticas, muito colocadas nos orçamentos municipais e estaduais.

A utilização desses valores...

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Cleuza, só para lembrar, o que é SIOPE?

A SRA. CLEUZA RODRIGUES REPULHO - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação. É onde as Prefeituras e os Estados inserem os seus dados.

Então, utilizando só os valores do SIOPE para a expansão das matrículas da educação infantil, hoje nós já temos uma defasagem de 8,6 bilhões a menos no cálculo dos gastos necessários para cumprir a Meta 1. É isso que o Marcelino aborda de forma muito clara. Nós não podemos incorrer no erro de deixar para cumprir as metas ou para avaliar essas metas, se elas foram cumpridas ou não, ao final da década, porque é inviável colocarmos no gestor desse plano, nos últimos 4 anos, toda a responsabilidade, que, na verdade, é de duas gestões e meia. Dois



gestores e meio passarão por essas redes antes que o plano se finde. Podem ser ou não de governos de continuidade.

No que diz respeito à emenda constitucional que precisa ser criada para que possamos elevar esse investimento — hoje não há na Constituição um dispositivo que ampare o aumento gradativo no investimento —, a Campanha/UNDIME propõe reescrever essa emenda, a fim de que possamos ter uma fonte de financiamento permanente para a educação, até que aqueles números, mostrados por Thiago, Marcelino e Jorge, possam ser equalizados, e que nós, lá na frente, em 2020, tenhamos efetivamente a queda da população. Hoje temos o que todo mundo está chamando de “janela demográfica”.

Há outra questão de emenda que fala sobre destinar 50% dos valores financeiros que compõem o Fundo Social advindos da exploração da camada de pré-sal. Então, propusemos que 30% fiquem com a União e 70% sejam transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, principalmente por meio de transferências diretas, o que é muito importante, como acontece hoje com a cota do salário-educação, que deixou de ser repassada aos Estados para que estes repassassem aos Municípios, a fim de que essa transferência seja direta aos Municípios e aos Estados, de acordo com o número de alunos que cada uma das redes tem naquele Estado e naquele Município.

Outra emenda: destinar 50% dos créditos advindos dos *royalties* decorrentes das atividades de produção energética (extração, tratamento, armazenagem e refinamento de hidrocarbonetos) à educação básica. Que esses créditos sejam transferidos fundo a fundo, ou como acontece hoje com a cota do salário-educação.

Gostaria de encerrar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Cleuza, chamo atenção para o fato de que os Deputados estão saindo, porque temos de votar no plenário. Vamos fazer um rodízio.

A SRA. CLEUZA RODRIGUES REPULHO - O.k. Pensei que só em São Paulo havia rodízio, mas se aqui também está instalado, não há problema. Nós vamos deixar toda a documentação aqui, Deputado.

Aqui nós apresentamos — não vou ler justamente porque são muitas questões — todas as propostas de emenda que tratam do CAQ — Custo



Aluno-Qualidade. Por que queríamos reiterar, então, essa questão do CAQ? Primeiro, porque foi pautado e desenvolvido em cima de dados muito concretos, que são as despesas e os investimentos feitos por Estados e Municípios nas diferentes modalidades. Depois, porque temos uma diferença muito grande entre o fator de ponderação aplicado hoje e o fator efetivamente investido na educação. Então, é importante que nós tenhamos um custo/aluno que seja real e que, de fato, atenda às necessidades de uma educação de qualidade. Senão, vamos passar mais 10 anos dividindo o dinheiro que temos, não o dinheiro que precisamos. Eu acho que essa é a definição mais importante que precisamos tratar nessas discussões da Campanha e nessas discussões nas audiências públicas.

Hoje nós dividimos o recurso que temos, mas não paramos para questionar e não levantamos a informação de quais recursos precisamos para a inclusão de crianças, jovens e adultos no sistema de educação.

O Marcelino trouxe os números, o Jorge mostrou o impacto desses números, e a Campanha quer reiterar essas questões, colocando aqui, de forma muito clara, todas as emendas e propostas feitas para que possamos ter educação de qualidade para todos ao final desta década e comemorar finalmente um Plano Nacional de Educação que se efetivou na ponta.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Obrigado, professora.

Como os senhores perceberam, estamos fazendo um rodízio, porque há votação nominal no plenário. Os Deputados estão indo e voltando para acompanhar os trabalhos.

Vamos passar a palavra agora ao Prof. Nelson Cardoso Amaral, convidado para participar desta Mesa e está aqui na condição de assessor e professor da Universidade Federal de Goiás.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL - Boa tarde.

Depois de tantos números, infelizmente, também vou mostrar números, porque no tema de financiamento não há outra saída. Todos os presentes, é claro, estão envolvidos com esta discussão, pensando no futuro do País e preocupados



com as dificuldades e os desafios que a educação brasileira tem para as próximas décadas.

Estou trazendo uma abordagem que tenho tratado em discussões na área acadêmica e também uma análise da nota técnica apresentada pelo MEC, em que a pesquisa da UNDIME questionando os dados do SIOPE poderia ter-me ajudado se eu já tivesse conhecimento dela. Então, eu tive de colocar outros ingredientes aqui para fazer uma simulação.

Agradeço à Comissão a possibilidade de apresentar essas análises.

(Segue-se exibição de imagens.)

A primeira coisa que quero discutir é sobre um equívoco que vemos muito presente na mídia e nas análises de muitas autoridades sobre a interpretação do que significa o percentual do PIB.

Se observarmos os percentuais do PIB aplicados em educação da Bolívia e do Canadá, com dados de 2008/2009 da Agência Central de Inteligência americana, veremos que a Bolívia aplica 6,4% e o Canadá, 5,2%.

Quando se debate os percentuais para a educação, muitas discussões se baseiam somente neste parâmetro. Se examinarmos só este parâmetro, a análise fica sem sentido. A sensação que temos, ao olhar apenas estes números da Bolívia e do Canadá, é a de que a Bolívia tem uma situação educacional belíssima e satisfatória em relação ao Canadá.

Os senhores vão começar a perceber, a partir de hoje, que as leituras são em geral com essa interpretação.

Vamos examinar mais dois parâmetros que eu trago para discussão.

Se observarmos o PIB como poder de paridade de compra em bilhões de dólares, o da Bolívia são 45 bilhões e o do Canadá 1 trilhão e 278 bilhões. Então, a Bolívia aplica 2,9 bilhões na educação e o Canadá 66,5 bilhões.

Incorporei outro ingrediente, e são necessários os três, infelizmente. Não é uma análise que se pode fazer simplesmente utilizando um deles. Quando acrescentamos população em idade educacional de zero a 24 anos, basicamente, verificamos que a Bolívia tem 4,1 milhões de pessoas em idade educacional e o Canadá tem 8,6 milhões.



Se dividirmos o dinheiro gasto em educação por pessoa em idade educacional, aí as coisas ficam claras. A Bolívia gasta 695 dólares por pessoa em idade educacional e o Canadá, 7.731 dólares. Isso bate bem com a análise que o Marcelino fez comparando o quanto se gasta em dólares no ensino americano e no ensino brasileiro.

Então, para ser completa a análise, é preciso considerar o percentual do PIB, o valor do PIB e um ingrediente ligado à população, que pode ser este, o de população em idade educacional, ou então o PIB/*per capita*, como fez o Marcelino. Mas nós temos de parar com essa maneira simplista de falar só o percentual do PIB.

Nesta mesma referência, tomei como exemplo vários países, tentando ter ideia do quanto é o percentual do PIB deles: o do Yemen é de 9,6% — já destaquei alguns aqui; o do Brasil nesta referência é de 4%, que o Abrahão trouxe; Botswana, 8,7%; Cuba, 9,1%; Dinamarca, 8,3%; Noruega, 7,2%. Os outros todos ficam entre 3%, 4%, 5% e 6%.

Só este número traz uma informação relativa, como acabei de explicar. Então, vou montar para todos estes países exatamente a mesma análise que eu fiz com a Bolívia e o Canadá.

Estão aqui todos os países. Depois mostrarei outra transparência, porque não coube tudo em uma só.

Começamos a analisar. O Yemen gasta 9,6% do PIB e faz um bruto esforço — talvez nem possa solicitar que esse país gaste mais em educação —, mas só gasta 473 dólares por habitante. A Índia tem uma população em idade educacional de 481 milhões de pessoas e gasta 236 dólares. O Paraguai, 408; a Bolívia, 695, e a Indonésia, 395, que é também um país complicado em termos educacionais, porque são 78 milhões de pessoas; a China, com 397 milhões, gasta 419 dólares, e o Brasil, com 84 milhões, gasta 959 dólares. Estes são dados de 2008/2009. Botswana, 2 mil; África do Sul, 1.400; Cuba, 3.300; México, 2 mil; Argentina, 1.578; Chile, 1.416; Uruguai, 1.348; Rússia, 2.601. Eu marquei estes dois, porque eles fogem um pouco da regra de ficar no máximo em 2 mil.

Aqui é outro mundo: a Dinamarca, que gasta 8,3% do PIB, e a Noruega, 7,2%. A Dinamarca com uma população de 1 milhão e 381 mil pessoas para educar. Então, vemos que os números são estratosféricos, se comparados com os nossos.



O que aconteceria se gastássemos 7% do PIB? Chegaríamos a 1.678 dólares, ou seja, neste quadro nós sairíamos do lugar em que estamos e chegaríamos próximos à média dos países mencionados. E mesmo se fizermos um bruto esforço e gastarmos 10% do PIB, ficamos em 2.397 dólares, começamos a ficar um pouco atrevidos nesta primeira transparência, mas nada comparável a estes outros países. Então, realmente, temos uma dificuldade, porque o nosso PIB e o nosso desafio educacional são enormes em relação às nossas condições — as desigualdades e as defasagens que o Marcelino apresentou. Realmente é preciso que o País faça um esforço violentíssimo nos próximos anos, aproveite o bônus populacional para que consiga superar muitas dificuldades e, assim mesmo, nada de chegar aos valores de 7 mil, 8 mil, 9 mil.

A visão dos 10% do PIB. É claro que há muito tempo nós da área de financiamento — agora foi criada a associação dos que trabalham com financiamento no Brasil, cuja existência é importantíssima —, em todas as simulações que fizemos ao longo do tempo, chegávamos a cerca de 10% do PIB. Tanto é que no outro PNE a proposta inicial era de 10% do PIB. Foi aprovada a proposta de 7%, mas foi vetada, como já comentado. Quando veio a proposta governamental, nas notas técnicas, falando em 7% do PIB, é claro que nós da área de financiamento fomos examinar essa tabela. Numa primeira análise bem simples que fiz, nada de sofisticada como a do Marcelino, de ver detalhes em todos os níveis educacionais, pude fazer algumas verificações. O MEC adotou estes valores para o custo/aluno que são apurados no SIOPE. A Cleuza já deixou clara a pesquisa feita e apresentou valores, mostrando que há problemas no SIOPE com relação aos valores custo/aluno. Eu não tinha essa referência e nem outra. A única referência que existe no País em termos de análise do custo/aluno foi de uma pesquisa feita pelo INEP, publicada em 2006, que analisou em torno de 100 escolas, que eram consideradas boas. É claro que, agora, podemos refazer o trabalho, baseados na pesquisa da UNDIME. Analisamos o trabalho e verificamos que numa boa escola, o custo do ensino fundamental é de 3.362. Fico feliz que a pesquisa tenha dado 2.900. Então, essa pesquisa feita com 100 escolas na época não ficou muito fora da realidade. A creche seria 92% a mais que a educação infantil, o que daria 5 mil e



alguma coisa, então também está certo. A educação infantil, 55% maior, e no ensino médio, 63% maior.

Infelizmente, no estudo da UNDIME não consta ensino médio. Seria interessante que os Estados o fizessem, para checarmos essa pesquisa de 2006.

Eu fiz a simulação do MEC, utilizando esses parâmetros, pensando que é preciso ter qualidade. Particularmente, fiquei assustado ao ver uma proposta do MEC em que não há aumento, pensando em qualidade, ou seja, não há vínculo entre qualidade e aumento financeiro na planilha do MEC.

Nas Metas 2 e 3, que tem 40 milhões de estudantes envolvidos, não há nenhum valor financeiro envolvido. Na educação superior — em particular é o meu nicho inicial de pesquisa sobre financiamento —, assustou-me muito o que veio do MEC, porque não há aumento da parte pública na proposta. A parte pública permanece como está hoje. Então, é preciso expandir muito o setor privado.

Podemos fazer uma análise do perfil socioeconômico — faço isso nos meus trabalhos — da população comparada com o Censo. A população não tem mais condições de pagar mensalidades, por isso há tanta luta pelo FIES, pelo PROUNI, pelas bolsas universitárias locais. Então, há uma carga pesada de expansão no setor privado, e a população não dá mais conta de pagar as mensalidades.

Supõe-se que 50% da expansão será em educação a distância e se coloca um custo baixíssimo para essa educação, que é 20% do presencial. Eu até acho que a educação a distância vai ter um custo bem mais baixo quando o País tiver uma estrutura implantada para ela — não há ainda. Então, será necessário um custo elevadíssimo para implantar e, depois, é claro que esse custo vai cair, em razão do tamanho da escala que aparecerá nesse contexto.

A conta foi refeita com determinados parâmetros. Aliás, estou sendo criticado por esses parâmetros, mas a minha hipótese aqui foi retornar à proposta anterior, que foi vetada também, qual seja a de chegar a 40% público. A proposta do Marcelino foi de 50% e há outros falando em 60%. Eu já fui criticado por isso, mas tudo bem, essa foi uma hipótese minha de retornar à proposta do PNE anterior. Eu imaginei 75% presenciais e 25% a distância. Também estou sendo criticado, porque muitos acham que não deve ter educação superior a distância. A minha visão é diferente, mas não 50%. E considerei, neste momento, 60% o custo da educação a



distância em relação à presencial, até que uma estrutura seja montada de forma consistente e esse custo possa baixar.

Observando as Metas 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 13, 15, 18 e 19 não há quantificação na proposta que veio do MEC e as afirmações de que elas estão contempladas nas outras metas. O Marcelino enveredou, por um lado, em várias metas, que são estas aí, mostrando que há muita demanda nestas metas e que exige financiamento, ao que chamei de X. Não veio de financiamento do MEC, e nas análises do Marcelino podem agora ser incorporados a essa análise mais simples que fiz em termos da proposta que veio.

Seguindo exatamente a planilha do MEC, somente mudando os valores do custo/aluno na educação básica e mudando aqueles ingredientes da educação superior, chegamos a 4,24 mais X. Isso é a mais, porque o MEC chegou a 1,943 a mais, somando com cinco de agora, seriam sete.

Então, o nosso desafio não é de 7%, que é um desafio modesto. Comparando com os números daqueles países todos, vemos que fica muito pequeno chegar a 7% do PIB. Acho que a nossa população merece um esforço desta Nação, em todos os níveis da Federação, para chegar a um percentual maior.

Eu nunca cobraria, na minha análise acadêmica, de político e cidadão, mais do que 10%, porque realmente é complicado. Em todas as análises dos outros países que fizemos, é difícil o país conseguir cumprir mais de 10%.

Aqui eu entro na análise do bônus populacional, já comentado anteriormente. Se olhamos até 2050, até quando vai a projeção do IBGE, o ganho do bônus vai ser enorme. Vai ser 40% a menos em pessoas de zero a 3 anos, 42% a menos em pessoas de 4 a 5 anos, 43% a menos no ensino fundamental, 35% a menos no ensino médio e 31% a menos em educação superior. O total, então, é de 38% a menos.

Conversei sobre isso com um colega de sala na universidade, assessor do Prof. Edvar, reitor da universidade, e houve aquele comentário a que o Marcelino se referiu: é não fazer nada até 2050 que as coisas vão ficar muito mais simples para resolvemos. Resolvemos 40% dos problemas só de ficar de braços cruzados e não fazer nada. Mas não é isso que o País deve seguir. Até 2020, esse bônus não vai



ser tão grande. Em 2030, já começa a ficar forte e é claro que, em 2050, a situação vai ficar 40% menor.

Este quadro é uma simulação com o bônus populacional e a projeção de crescimento do PIB, feita pelo Ministério da Fazenda. É IBGE e Ministério da Fazenda, não há nenhuma invenção ou hipótese minha em termos de projeção do PIB e da população.

Se aplicamos 7% do PIB, em 2030 ficamos com 4 mil dólares por pessoa em idade educacional. Quatro mil significa mais ou menos a média daqueles países todos, tanto os mais ricos quanto os mais pobres. E quando chegar a 2050, com 7 mil dólares, mais ou menos, é que chegamos um pouco próximo à média dos países mais ricos.

Então, pode ser uma opção para o País seguir esse caminho: aplicar 7% do PIB, esperar até 2030 para chegar à média daqueles países para depois conseguir chegar até a média dos países mais ricos, que é 10% do PIB. Se jogamos 10% do PIB, em 2020 já conseguimos ficar próximo da média. O bônus populacional e o aumento do PIB, supondo que a planilha do Ministério da Fazenda vai ser cumprida, o que nunca é tão garantido, quando chegar a 2050 realmente entramos no rol dos países da primeira divisão.

Essa é a perspectiva em termos de decisão que temos de tomar agora, exatamente para aproveitar esse período de transição do nosso bônus populacional, o que engata com a primeira análise do Jorge. Se fazemos isso agora, fazemos com que o País se desenvolva mais, o PIB cresça mais lá na frente e que saímos dessa situação em que nos encontramos, de PIB *per capita* baixo e dos grandes problemas estruturais que nós temos, não só educacionais, mas de saúde e tudo o mais.

Portanto, esta é a hora da verdade do financiamento da educação brasileira. Se perdermos esta hora, vamos ter dificuldades pela frente. Uma hora já foi perdida, que foi dos 7% do PIB, lá atrás, com os vetos feitos.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Antes de passar a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago, gostaria de dar os parabéns aos convidados pelas apresentações, que foram muito esclarecedoras e, portanto, bem-vindas.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Vou tomar a liberdade de compartilhar com os colegas um dado importante, porque tenho a firme convicção de que só vamos construir os nossos sonhos em relação ao futuro Plano Nacional de Educação se construirmos, entre outras questões, de maneira muito forte e uníssona, os nossos argumentos.

Ouvimos por diversas vezes, não neste debate, mas em outros, uma referência reiterada a que um dos grandes problemas da concretização das metas do primeiro Plano Nacional de Educação foi o veto aos 7% do PIB. E a argumentação oficial que permaneceu incólume nestes 10 anos foi de que o veto foi apresentado porque havia um descompasso entre a norma da Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelecia para todo encargo uma fonte correspondente de financiamento, e consequentemente estabelecia apenas 7% do PIB, sem indicar a fonte de financiamento. Isso aí justificaria o veto, portanto, a constitucionalidade.

Mas muitos Deputados desta Casa tiveram a oportunidade, nesta e em outras Legislaturas, de participar de outras Comissões e outros fóruns em que a matéria do financiamento de políticas públicas e a matéria da economia tributária tomaram conta de uma maneira muito expressiva.

Eu queria aqui só compartilhar um dado revelador do que ocorre quando a educação não acontece no Brasil. Este dado que vou passar rapidamente é fruto da dissertação de mestrado de uma economista, defendida há 2 anos, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Ela investiga, a partir da teoria econômica do crime, quais seriam os fatores que mais provocam o incremento da violência e dos homicídios entre a população de jovens e adolescentes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Este é um dado do elevado percentual de homicídios entre jovens e adolescentes em nosso País que se relaciona inequivocamente com o fracasso do ensino médio, com as baixas taxas de matrícula líquida e de conclusão do ensino médio em nosso País.

Aqui temos, na terceira coluna da esquerda para a direita, o percentual quantitativo de homicídios ocorridos na faixa etária dos 15 aos 19, dos 20 aos 24 e



dos 25 aos 29 anos, lembrando que o Brasil é signatário de todos os acordos internacionais que estabelecem como faixa etária de políticas para a juventude exatamente a dos 15 aos 29 anos.

Esse é um dado dos Estados brasileiros que apresentam os maiores índices de homicídios da população de 15 aos 29 anos. E dos dez Estados com os maiores índices, quatro são do Nordeste. Por coincidência, é a região que apresenta os mais baixos indicadores de acesso, permanência e qualidade de desempenho na rede pública de educação estadual no nível médio, nos exames de educação básica no IDEB.

Isso reforça a argumentação do papel da educação no nível médio, sobretudo sob a responsabilidade dos Estados, e a necessidade imperiosa de assegurarmos um financiamento na educação que universalize o acesso dessa juventude a uma educação com qualidade.

Esse é um dado mais amplo também integrante dos estudos da dissertação de mestrado. Os senhores veem três Estados em destaque: Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro. E, da quarta coluna da esquerda para a direita, os percentuais em que o homicídio é a maior *causa mortis* entre jovens e adolescentes.

O Estado de Alagoas, em primeiro lugar, com 76%; o Estado de Pernambuco, em segundo lugar, com 72,6%; e o Estado do Rio de Janeiro, que se prepara para as Olimpíadas, com 70,3%, o terceiro maior índice de homicídios entre jovens e adolescentes.

Conclui, na sua dissertação, a pesquisadora: o posicionamento do Brasil, maior economia da América Latina, que está sendo propagandeado um dos grandes países emergentes para as próximas duas décadas, entre todos esses países da América Latina, o Brasil está em quinto lugar entre os piores, de baixo para cima, embora seja o maior PIB da América Latina.

Essa é uma denúncia profunda da disparidade entre a teoria do crescimento do PIB, do crescimento puro e simplesmente dos indicadores econômicos, em relação à distribuição dessa riqueza, como iniciou nos apontando o Prof. Jorge Abrahão.

Esse é um dado que consolida um dos indicadores apontados pela economista Lisa Biron na sua dissertação de mestrado. Os indicadores de pobreza



extrema da nossa população são fatores associados que aumentam a probabilidade de ocorrência de crime e violência, tanto como infratores quanto como vítimas, entre jovens e adolescentes.

O Nordeste, mais uma vez, chega, em 2008, com 24,8% da população na situação de pobreza extrema. Por coincidência, nos indicadores educacionais, o Nordeste, junto com o Norte do País, é uma Região que apresenta os piores indicadores de acesso, qualidade e permanência.

Então, esse é um dos indicadores que aponta a necessidade de também argumentarmos em defesa de um financiamento progressivo, que atinja um percentual adequado, porque a ausência da educação não é só a ausência de matrícula. A ausência da educação é o aumento da probabilidade da violência e do homicídio contra jovens e adolescentes, especialmente nas regiões mais pobres.

Associo um outro dado, acho que apresentado em parte pelo Jorge, mas que integra os estudos que o IPEA publicou, no Comunicado nº 66 daquela instituição e em outros comunicados sobre a educação: as desigualdades internas na sociedade brasileira no acesso e na permanência na escola. Há desigualdade entre brancos e negros; entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos; entre os acessos para a população urbana e metropolitana e para as populações do meio rural, do interior do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, ou seja, são vários brasis com indicadores dentro de um mesmo País.

Sendo assim, a discussão das médias nacionais não presta para nada, do ponto de vista de um Plano Nacional de Educação que responda a um conjunto de passivos que nos acompanham, lamentavelmente, ao lado de um conjunto de ativos.

A última questão que gostaria de compartilhar, que o Jorge já apresentou aqui em parte, é a discussão que foi, por muito tempo, defendida como um dos impasses à concretização do PNE de 2001 a 2010: a incapacidade de o Estado brasileiro financiar a educação.

Se esses dados de 1995 a 2005 forem ampliados um ano antes, 1994, e 3 anos após, 2008, vamos aumentar essa faixa, onde a carga tributária pula de 24% para 38% do PIB. E o crescimento da carga tributária foi apropriado não pelo financiamento da educação, não pelo financiamento da saúde; foi apropriado pela financeirização da economia, que é o que está publicado — o Jorge é autor desse



artigo — no livro intitulado *Federalismo e Educação*, editado pela UNESCO e também publicado esta semana, se não me falha a memória, no *Boletim de Políticas Sociais* nº 19, do IPEA. O Capítulo IV, sobre a educação, está disponível. Seria muito importante dialogarmos com os dados desse boletim publicado agora pelo IPEA, em que se aponta exatamente isto: nossos adversários não serão aqueles que vão estar ao lado do Ministério da Educação fazendo contas; nossos adversários fundamentais são aqueles que se vêm apropriando da elevação da carga tributária, que é regressiva, indireta e incide sobre a renda dos assalariados, sobre o consumo das famílias, em detrimento de uma distribuição através de uma carga tributária progressiva.

Então, nós temos folgas do ponto de vista da melhor distribuição da carga tributária para chegarmos a 10% do PIB; nós temos folgas do ponto de vista dos fatos geradores, que deveriam ser tributados e não o são no Brasil, como as grandes fortunas.

O IPEA publicou dois estudos, o Comunicado nº 22 e o Comunicado nº 23, que tratam do fenômeno da carga tributária brasileira. E a nossa maior alíquota do Imposto de Renda não chega a 60% da alíquota média dos países da OCDE. Então, o Brasil tem muitas folgas, seja para tributar quem não é tributado, seja para mudar a natureza dos tributos que incidem na carga tributária. Mesmo com essa injustiça fiscal, o Brasil tem folga para redirecionar sua carga tributária.

Com isso, queremos trabalhar para desconstituir um dos mitos mais perigosos que ouvimos durante 10 anos do PNE de 2001: o mito da incapacidade fiscal do Estado brasileiro. É mentira! Quem afirma que o Estado brasileiro não tem capacidade fiscal para consolidar a destinação de 10% do PIB nesse PNE mente, ou está desinformado, ou serve a interesses ideológicos daqueles que vivem da renda do Tesouro, da dívida pública, do pagamento dos juros.

Concluo, Sra. Presidente, Deputada Teresa, Deputado Gastão, que preside a Comissão Especial, compartilhando um outro trabalho publicado há 2 anos pelo IPEA, o Comunicado nº 14, que revela, com muita precisão, a disparidade entre os gastos federais com educação e os gastos federais só com os serviços da dívida pública, de 2000 a 2007.



Este País, que durante 10 anos fez ser vencedora a tese da incapacidade fiscal do Estado brasileiro, de 2000 a 2007, extraiu da sociedade, da maioria da renda dos assalariados e do consumo das famílias — pasmem, senhores e senhoras —, 1 trilhão e 267 bilhões só de juros da dívida pública! E todos os gastos federais no período totalizaram 149 bilhões de reais.

Então, nós não podemos, sob hipótese alguma, pensar em construir nossos sonhos para um PNE emancipatório, includente, igualitário entre as diversas regiões, grupos sociais, étnicos e culturais do País ainda permitindo que se apresente como tese hegemônica a tese da incapacidade fiscal do Estado brasileiro.

Somos um País com elevada carga tributária, absurdamente mal distribuída, e distribuída sobretudo para uma forma de acumulação que não aumenta o PIB. Seria importante que aqueles, não os do Ministério da Educação, mas os da Fazenda e os que fazem o noticiário econômico, aqueles que vão dizer que o Brasil não pode arcar com 10% do PIB, mostrassem qual a consequência macroeconômica e social de transferir 49% do orçamento fiscal do Tesouro Nacional para juros e amortização da dívida se compararmos com o que se transfere para o financiamento de políticas sociais — 9,97% do Tesouro Nacional — para as despesas discricionárias.

Então, quero elogiar a participação de todos os nossos convidados e parabenizar, mais uma vez, de público, o trabalho desenvolvido pelo IPEA, por todos os seus técnicos de carreira, pelos seus dirigentes, com suas publicações de elevadíssima qualidade que em muito vão nos ajudar para discutir a qualidade da educação e o papel dos entes da Federação na construção do PNE, mas sobretudo para que possamos banir definitivamente os argumentos monetaristas de que o Brasil não tem capacidade fiscal para financiar, pelo menos com 10% do PIB, a concretização do Plano Nacional da Educação que ora está em debate nesta Comissão.

Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresita Surita) - Passo a palavra ao Deputado Lelo Coimbra. (*Pausa.*) Dispensa.

Deputado Chico Lopes. (*Pausa.*) S.Exa. não está presente.

Deputada Dorinha Seabra. (*Pausa.*)



Deputado Newton Lima.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, Sra. Presidenta. Quero cumprimentar todos os colegas da Comissão, em especial todos os membros desta extraordinária Mesa, que toca no fundo, no coração do nosso tema, o Plano Nacional de Educação. Tenho dito, e quero repetir aqui que, das 20 metas, duas são basilares, fulcrais. Os dois pilares fundamentais são as Metas 17 e 20.

Resolvidos os problemas da meta 17, que trata da valorização, e da meta 20, do financiamento como um todo, certamente teremos um grande e extraordinário momento na década de valorização adequada da educação como instrumento de desenvolvimento econômico, conforme mostrado, e de construção da cidadania. Os demais degraus das outras 18 metas dependem dessas duas colunas da escada para que a educação cresça e faça crescer a nossa Nação e o nosso povo.

Queria dialogar a respeito disso com alguns dos expositores para poder fazer minha intervenção e meu esclarecimento. Particularmente, queria pedir ao Prof. Marcelino que colocasse a sua planilha sobre o seu quadro, sobre o salário dos profissionais do Brasil, para que possamos fazer um debate sobre isso, até porque a emenda que estou apresentando trata fundamentalmente do tema da valorização dos professores em um patamar mais ousado do que o apresentado pela proposta do Governo Federal.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, se me permitem comentar esse quadro, enquanto o Prof. Marcelino faz a projeção, vamos verificar que todo o tema da expansão que é necessária em todos os graus de ensino depende de um contingente, de um exército de novos profissionais que deverão ser contratados no magistério e na educação profissional e na superior. E aí fica flagrante que esta profissão de professor consolidou-se como sacerdócio ao longo da vida, o que é péssimo, porque é a história de que o educador tem de ser um missionário ou um sacerdote. E como essas atividades humanas, por mais respeitosas que sejam, não são remuneradas, acabam mostrando como de fato nosso País vem tratando mal, do ponto de vista salarial, os profissionais da educação.

Seminário realizado há um mês em São Paulo com especialistas internacionais mostrou que nos países chineses o piso salarial do professor e da



professora é igual ao dos médicos e ao dos engenheiros. Olhem o que acontece. Sou engenheiro de profissão e professor universitário por opção. Aqui não consta a tabela dos engenheiros, mas certamente, Marcelino, o piso vai ficar próximo ao do economista, entre economista e médico, mais ou menos, pelos dados de que disponho do CREA, o Conselho Regional de São Paulo.

E o que isso nos indica? Conclamo nossos colegas da Comissão: essa meta vai ser fundamental para que essa carreira não só ganhe mais dignidade, mas seja também atraente, como foi dito pela Mesa. Tem de ser uma carreira em que nossos jovens se estimulem a ser professores.

Evidentemente, há um conjunto de ações que precisam ser feitas para que o professor volte a ser a figura de respeitabilidade que era pelo menos nas décadas de 60 e 70.

Quero chamar a atenção dos colegas para um texto publicado na coluna do Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Benjamin Steinbruch, na *Folha de S.Paulo* de ontem, onde ele se refere ao tempo em que a sua professora, no primário e no ginásio, era reconhecida como autoridade na cidade e respeitada como tal, na época em que o professor ganhava até maçã dos alunos como símbolo de respeitabilidade e do carinho com que a população via o professor.

Essa profissão precisa, definitivamente, neste segundo plano, ser significada e valorizada. Nós vamos ter que encontrar esse patamar. E encontrar esse patamar, para mim — e a minha emenda, que está sendo protocolada nos próximos dias, vai nesta direção —, significa a profissão atrelada a uma carreira, ao salário das carreiras de Estado no País, porque aí teremos condição de fazer uma vinculação, e não uma aproximação, como diz o texto da meta 17, ou uma comparação com uma ou outra carreira que, eventualmente, possa estar na moda, mais aqui, mais acolá. Mas a profissão de professor tem de ser em algum grau — e estou estudando isso — comparada com alguma carreira de Estado que seja valorizada, para garantir uma perenidade maior do que o piso que conquistamos nos últimos anos, o que já foi um avanço extraordinário.

Então, eu queria agradecer-lhe demais, Marcelino, e perguntar-lhe, considerando que o nosso piso hoje está por volta de 1.100 reais, qual seria o



salário do piso, com 11 anos de escolaridade, que você consideraria que deveríamos ter como norte, como farol, para as discussões nesta Comissão.

A segunda coluna vertebral do plano — e isso já foi dito por vários membros da Mesa, nós sabemos disso, e há uma campanha pelos 10% — é a porcentagem do PIB para financiamento. É evidente que, do ponto de vista fiscal, existem questões como as apresentadas pelo Deputado Paulo Rubem. E certamente quem vai me suceder na palavra, ao meu lado, o Deputado Ivan Valente, vai apresentar outros elementos nessa direção, mas eu quero abordar alguns elementos e fazer um diálogo com os nossos convidados.

Eu considero que é central que nós possamos ter, para responder ao regime de colaboração das fontes de financiamento, uma reforma tributária. Se esta Comissão tratar o tema do PNE sem tratar o tema da reforma tributária, como vimos, nós não vamos encontrar respostas para o desequilíbrio orçamentário, que foi pior.

É bom que se diga que, na Constituição de 1988, os Municípios tinham 18%, percentual que caiu muito pesadamente até o final do Governo Fernando Henrique e depois, por um conjunto de ações do Presidente Lula, subiu, pelo que a Cleuza falou, para algo em torno de 18%. Teria quase que voltado na distribuição, embora o Marcelino tenha apresentado um dado de 16%. É preciso fechar esse número para sabermos direito. Que subiu dos 13, que havia caído de 18 para 13, eu sei...

Como Secretário-Geral da Frente Nacional de Prefeitos que fui durante 4 anos, trabalhamos muito este tema da ampliação dos recursos no bolo da distribuição tributária brasileira aos Municípios. Mas nos frustramos, porque duas vezes na reforma tributária, por ação de governadores contrários não só à modificação da estrutura que existe hoje, mas favoráveis à guerra fiscal, acabamos perdendo a oportunidade não só de um PNE mais avançado há 10 anos, como de uma reforma tributária que fizesse uma ótima justiça distributiva a quem está na ponta, o elo mais fraco: os Municípios.

Mas isso não pode permitir, por outro lado — então, além da reforma tributária —, que cometamos o erro, como querem alguns, como, inclusive, uma entidade de Prefeitos, a Confederação Nacional de Municípios, de derrubar o veto do Presidente Lula à distribuição de *royalties* da exploração do petróleo na camada pré-sal. Seria um enorme equívoco acreditar que os *royalties* do pré-sal possam vir a ser



pulverizados em despesas correntes em todos os Municípios, mesmo que houvesse compromisso — o que não há — de investimento na educação. É gasto como tal.

Então, o que precisamos fazer... Eu gosto muito da campanha dos 50%. Como homem da ciência e tecnologia e da educação, se dependesse de mim, seria 50% para uma e 50% para outra área, porque, sem a inovação, sem a ciência e tecnologia também não vamos garantir construção de cidadania e soberania.

O meio ambiente precisa ser preservado também, e gosto mais dessa distribuição que foi aprovada nos seis fundos. Se não houver possibilidade de manutenção, que pelo menos tenhamos, no momento da definição de qual percentual irá para a educação, a fatia maior dos *royalties* do pré-sal.

Então, reforma tributária, de um lado, para que redistribuamos o volume da riqueza nacional de maneira a dotarmos Estados e Municípios de recursos suficientes para fazer o enfrentamento e sairmos de 160 bilhões para 320 bilhões de reais em 10 anos, pulando de 5% para 10%.

Definição do fundo setorial do pré-sal majoritário para a educação. Algo que me parece importante, chamando atenção para artigo escrito pelo ex-Prefeito de Diadema, Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores, José de Filippi, é que o ITR no Brasil — peço a atenção dos Municípios, Cleuza, e quero dialogar com V.Sas., até como ex-Prefeito de uma cidade do interior com 1.140 quilômetros quadrados — é baixíssimo, é ridículo, quando comparado ao arrecadado por outras nações.

Ontem, nós vimos a força dos ruralistas. Meu companheiro Ivan esgoelava-se ontem para impedir que aquela emenda ruralista fosse aprovada porque, desastrosa, põe em risco o futuro ambiental e o futuro da própria agricultura brasileira. Lamentavelmente, os ruralistas ganharam e são eles que, no campo, produzem e exportam grãos, os grandes produtores que pagam uma mixaria de ITR. E aí temos uma fonte importante para nos ajudar na contabilização da cesta de recursos que podem compor estes 5% a mais do PIB que queremos.

E falta uma coisa que quero propor aqui pela primeira vez, para que seja registrada, Deputada Teresa Surita, nas atas desta reunião: por que não estabelecermos para o setor que mais fatura, que duplicou e que vem duplicando os



seus ganhos, por força da ciranda internacional, uma vinculação exclusiva do seu lucro para o salto de educação que precisamos dar?

Se nós fizermos isso, discutindo-se com os senhores banqueiros, inclusive porque eles ganharão mais, porque todos ganham mais... Isso foi mostrado aqui pelo Jorge, pelo Nelson e pelos demais. A economia tem um papel extraordinário de auto-alimentação, a educação e a economia se auto-alimentam, formando o chamado círculo virtuoso. Nós precisamos, de fato, como disse a Cleuza, convencer todos os economistas de que certamente eles faltaram à aula, em seus cursos, sobre o que significa o investimento educacional para produzir mais riqueza.

Queria muito conversar com a Mesa na direção de pensarmos em um Fundo Social Educacional vinculado ao lucro do sistema financeiro. Como o sistema financeiro vai continuar, pela globalização, se auto-alimentando — ora aplica aqui, ora aplica lá, ora derruba aqui, ora derruba lá —, sobretudo num País ancorado em uma política de juros para efeito de estabilidade fiscal, cada vez mais entram dólares no nosso sistema financeiro, se passarmos a taxá-los para aplicar em educação, combinando as demais fontes aqui, certamente encontraremos o essencial: quem paga a conta.

O total desses recursos, certamente bem equacionados, nos daria os 160 bilhões de reais necessários para que, em 2020, tenhamos a revolução educacional que todos esperamos.

Eu queria dialogar com a Mesa sobre essas duas questões.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Antes de passar a palavra à próxima Parlamentar, Deputada Dorinha Seabra, eu gostaria de dizer que os expositores, por causa da hora do voo, precisam sair, no máximo, até 18 horas. É isso? (Pausa.)

A proposta seria todos os Deputados falarem, porque também está havendo votação nominal, e depois ouvirmos a resposta de cada um.

Então, passo a palavra à Deputada Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Depois dessa fala da Presidente, eu deveria dizer “tchau”, não é? Todo mundo tem que ir embora.



Este tema é extremamente importante. Acho que estamos começando uma conversa. Em relação a parte dos dados apresentados, eu, particularmente, gostaria de me aprofundar mais. É lógico que, como dito aqui pela Cleuza e pelo Thiago, nós fomos gestores e falamos mais ou menos a mesma linguagem. Muito nos carecem os dados apresentados por diferentes olhares — IPEA, Prof. Nelson Amaral, Sr. Marcelino — em relação à questão do financiamento.

Mas eu queria colocar... (*Conversas paralelas.*)

Infelizmente, Presidente, com tanto barulho é complicado. (*Pausa.*)

Primeiro, em relação ao financiamento, particularmente, acho que, tanto os números apresentados inicialmente pelos consultores desta Casa quanto os que vimos hoje, 10% é o mínimo para começar a conversar, até porque, Marcelino, com certeza, para atender à meta dos 50% de escolas em tempo integral, a realidade vai demandar a construção e a adequação de prédios e de estruturas.

Porém, mais do que isso, quando se fala de financiamento, eu acho que se deve abordar não só a questão do percentual do PIB, mas também definir com quanto entra cada ente federado.

Quando nesta Casa estávamos discutindo o FUNDEB — eu era Presidente do CONSED —, lembro que, numa conversa com o atual Ministro da Casa Civil Palocci, o discurso do Governo na época era o de que não precisava haver definição de percentual, porque ele entendia que os Estados e Municípios teriam um crescimento de arrecadação e a União iria poder sair aos poucos.

O CONSED, a UNDIME, outros parceiros e esta Casa tiveram um grande compromisso ao definir os 10% de complementação do PIB, mas os 10% de complementação do FUNDEB ainda atende a um número pequeno de Estados.

Nós temos hoje um grande imbróglio, que é a questão do piso. Mesmo sabendo que o piso está longe de ser algo que atraia bons profissionais, nós temos uma dificuldade por parte de Estados e Municípios de contribuir e a complementação da União é um faz de conta, até porque, dos 10%, 10% podem ser destinados à complementação, o que não chega a lugar nenhum proporcionalmente ao que temos de enfrentar.



Quando tratamos de financiamento, além de tentar definir com o que cada ente deve arcar em termos de conta, precisamos trabalhar com padrões mínimos em relação à questão da qualidade, padrões mínimos de estrutura física.

Hoje, pela manhã, estávamos falando sobre a questão da estrutura das escolas, de haver escolas que não têm mais demanda de carteira, que têm de carregar carteira, como aquela professora disse, mas não podemos fazer de conta que ainda existem escolas funcionando debaixo de árvore, em botecos, em bares, sem a menor condição de serem chamadas de escolas. Então, eu acho que também tem de ser tratada no financiamento a definição de um padrão mínimo para funcionamento e do que queremos atingir.

Queria abordar também a questão dos docentes. Acho que temos que enfrentar, sim, a melhoria na formação docente, a valorização com salários atrativos e a responsabilização. Não dá para falarmos de um Plano Nacional de Educação que não tenha coragem de enfrentar a questão da responsabilização do docente, a questão do desempenho docente, a questão do compromisso de todos os atores com a qualidade da educação. Quando digo todos refiro-me à responsabilidade do gestor público, à responsabilidade do ponto de vista financeiro e do ponto de vista de resultados, mas também à responsabilidade do professor.

Não precisamos mais encarar o professor — e não podemos — como um coitadinho ou o seu emprego como um sacerdócio, e sim como um profissional que precisa de formação, de salário digno, de responsabilização, para que seja cobrado o seu comprometimento em relação ao trabalho da educação.

Eu queria afirmar isso mais para o nosso Presidente, porque acho que esse tema do financiamento ainda carece ser aprofundado. Também entendo que se não conseguirmos avançar e assegurar não só o percentual, mas formas de garantia de monitoramento em relação ao que está sendo aplicado e aos resultados, vai haver mais dinheiro, mas não vai haver mudança na qualidade da educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputada Dorinha.

Próximo inscrito, nobre Deputado Ivan Valente.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, senhores debatedores, primeiro quero dizer que é um prejuízo muito grande este debate de qualidade que aqui estamos realizando estar sendo feito concomitantemente com o plenário. Está havendo votação nominal direto no plenário. Os Deputados são obrigados a se retirar. Agora mesmo vamos deixar a reunião para justificar, porque senão tem de sair todo mundo daqui e os debatedores vão falar para a plateia, mas não para os Deputados, que vão votar. Isso é prejudicial.

Quero fazer uma consideração especial à qualidade das intervenções feitas, assim como a contribuição que elas trazem. Como proponente do primeiro Plano Nacional de Educação, em 1998, quero dizer também que me sinto sempre enxugando gelo, porque voltamos a discutir questões que já julgávamos superadas.

Vamos reunir a sociedade civil organizada, particularmente na área de educação, pressionar e fazer uma proposta que considere a criação de um sistema nacional de educação em nosso País que tenha um plano decenal, um plano para 10 anos, um plano de Estado, e possamos, então, estabelecer metas e prazos e, evidentemente, traçar qual o gasto público que se quer para viabilizar essas metas e prazos.

De certa forma, podemos dizer que o que houve no Brasil foi um não plano, porque um plano que não tem financiamento não é plano, é o papel com levantamento de dados e projetos, às vezes sonhos, e sonhos rebaixados, porque o projeto foi apresentado em 1998 e o que saiu da Câmara já foi rebaixado. A meta foi 7% do PIB, e assim mesmo ela não vingou.

Mas entendo que cada vez fica mais claro, com o crescimento do próprio País, com a demanda monumental que temos, que o nosso passivo educacional em todos os sentidos é o de que o País vai acabar enfrentando um colapso.

Pode-se ir tocando as coisas. Como disse o professor agora há pouco, há uma maneira muito fácil de acabar com o analfabetismo: deixar morrerem os analfabetos. Então, começa-se a colocar as crianças na escola e daqui a 50 anos não há mais analfabeto, Deputado Ubiali, e assim por diante.

Mas quero deixar claro que os elementos e os dados aqui trazidos, de certa forma, tencionam a visão que o MEC trouxe de Plano Nacional de Educação. Por quê? Primeiro porque ele não trouxe um diagnóstico. A proposta não veio



acompanhada de um diagnóstico, que foi feito *a posteriori*. Segundo, o Ministro da Educação vem a esta Casa e diz que vamos gastar 80 bilhões. Depois, fazendo as contas, elas dão 62 bilhões. Na verdade, há conta de chegada aí. Na prática, é isso. Quer dizer, é muito pouco se pensar em aumentar de 5% para 7% do PIB com a demanda educacional que temos, com o vácuo educacional que temos e o necessário salto de qualidade, considerada a demografia, considerados os grandes gargalos que já foram ventilados, a creche, o EJA, a educação especial, a educação superior, o que fazer com o ensino médio, universalização, qualidade da educação etc. Diria que o problema mesmo é estratégico, é um problema de Estado.

Percebo, na leitura da proposta, a seguinte questão: como o Fernando Henrique fez... O relatório final do Deputado Marchezan, na época, era, na verdade, a afirmação das políticas públicas que o Governo estava levando. Então, era o FUNDEF, era o estabelecimento da questão da avaliação em substituição ao Sistema Nacional de Educação. Na verdade, em parte, isso é repetido agora. Coloca-se um peso muito grande na avaliação, como IDEB e PISA, e não se ataca o problema central.

Esse problema central, que é o financiamento, é político, porque na medida em que o Estado diz que não tem condições de suprir, ele vaza para algum lugar, particularmente para o lado privado; ou, então, para saídas que não são saídas para a qualificação, que é pegar, por exemplo, a educação a distância e colocá-la com um peso absolutamente fora de propósito em relação à educação presencial.

Então, isso tudo tem de estar contido no plano. Se não existe recurso, vai-se fazendo uma adequação e não se enfrenta o problema econômico.

Aqui, no Brasil, inclusive, a educação ficou muito na mão dos economistas. Veja o Paulo Renato Souza, que foi Ministro da Educação durante 8 anos.

A educação é algo muito sério para ficar na mão de economistas, embora eles possam dar uma contribuição muito boa quando são realmente vinculados aos interesses nacionais. Há um economista do IPEA aqui, e o Deputado Paulo Rubem Santiago, nosso amigo, virou um fã do IPEA. S.Exa. conversa muito comigo. S.Exa. lê tudo o que há do IPEA, está quase virando um educador economista. De vez em quando, puxamos S.Exa. para cá, embora tenha participado ativamente da CPI da



Dívida Pública, da qual fui proponente e na qual apresentamos ao Ministério Público Federal um relatório com 900 páginas.

O Ministério Público Federal vai encaminhar à Justiça as ilegalidades e irregularidades constatadas na CPI da Dívida Pública. São números estarrecedores, mostrando que nenhum país é viável se ele dedica 48% da arrecadação de impostos do seu Orçamento a juros, amortizações e rolagem da dívida. Não viabiliza, não há milagre que faça isso, mesmo que se ache o petróleo na camada pré-sal.

Por isso o Deputado Newton Lima estava falando aqui do pré-sal. Só que, quanto ao pré-sal, as pessoas estão achando que vão tirar dinheiro do petróleo. Não vai sair dinheiro direto de lá, isso demora.

Quero falar de três coisas rapidamente, para não tomar muito tempo.

Este movimento, esta discussão sobre o Plano Nacional de Educação é uma discussão política. Se ela não for encarada dessa forma... Ela é de economia também. Ela mexe na política econômica, do contrário não deriva para a política social.

O Deputado Newton está certo, precisamos fazer uma reforma tributária. Mas o problema é saber o que é mais difícil fazer, tirar o pré-sal, direto, em dinheiro; fazer a reforma tributária com tiroteio entre os Estados, porque não sai, Deputado Gastão; ou ter uma política econômica em que o seu comando não seja dado aos banqueiros. Por isso a única coisa em que discordo do Deputado Newton e de muitos do PT é que eles acreditaram nos senhores do agronegócio e nos senhores banqueiros. Esses não estão dispostos a ajudar, e não são nada caridosos, inclusive. Eles querem ganhar dinheiro, querem ter lucro.

Então, o problema é outro. Quando se determina a política econômica, o País tem a mais alta taxa de juros do mundo e tem mecanismos reais de legislação que acumulem e estabeleçam: “*Esse dinheiro aqui...*” É a taxação do fluxo de capitais, é como se mexe no câmbio, nos fundos etc.

Talvez a briga aí seja maior, porque na CPI da Dívida Pública disseram: “*Você não vai mexer aí, porque existem milhões de brasileiros com dinheiro nos fundos DI.*” Na poupança, isso é um vespeiro. Mas quando pedimos ao Banco Central para nos fornecer onde está a maioria do dinheiro, na mão de quem, eles se



recusaram a nos dar a lista. E mais: houve Deputados que saíram da Comissão porque falaram que isso é quebra de sigilo fiscal e eles não iam admitir.

Então, Presidente, quero destacar que há alguns pontos que deveríamos levantar no processo de debate do plano que estão associados à questão direta do financiamento de uma forma mais explícita. Por exemplo, não podemos discutir o custo. Quanto é o custo aluno? O custo aluno é um número qualquer. O problema é saber se existe um custo aluno-qualidade mínimo.

Se estamos num país médio... Os nossos debatedores foram sábios, porque eles sempre falaram em custo médio, num país médio, do PIB *per capita* médio. Aliás, já fizemos isso em 1998. Na verdade, já havia uma proposta compatível com a riqueza nacional e com as possibilidades nacionais, mas nunca foi cumprida.

No Governo Fernando Henrique o FUNDEF era 300 reais aluno/ano. Então, era 1 real por dia e já falávamos em 1.500 reais naquela época, em 1998.

Então, pode-se falar em mais dentro da realidade brasileira, pode-se aumentar se existe outra política, outra fonte de financiamento. Essa é uma discussão política.

Acho que a contribuição trazida para cá tem de ser vista do seguinte ponto: eu estou entendendo que os nossos debatedores têm na cabeça um plano estratégico para o Brasil. Essa é a questão. Esse é um plano de Estado, não é um plano de um governo, mas de vários governos. Esse plano necessita ter uma correlação com as políticas públicas em todos os sentidos, inclusive a política econômica.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Vai passar por dois PPAs. Durante a transição de 10 anos, dois PPAs — 2012-2015, 2016-2019.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exatamente, é um plano de Estado. Nesse sentido, queria dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Ivan, alguns dos nossos palestrantes precisam retirar-se. Tenho mais alguns inscritos e quero que V.Exa. conclua.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Vou concluir, porque o tempo é curto e o debate realmente suscita questões importantes, mas queria que, de cara, quando discutíssemos o plano, não fizéssemos contas de chegada. Fizemos um plano de



verdade. E que saia da Comissão um plano que seja uma resposta razoável, com pé no chão, com as possibilidades nacionais para vingar um projeto de Estado para o Brasil.

Faço um agradecimento especial a todos os membros da Mesa, muito qualificados. Peço ao Presidente que as planilhas expostas fiquem à disposição dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Sem dúvida nenhuma.

Tem a palavra o próximo inscrito, Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Depois da palestra do Deputado Ivan, vou ser muito breve. Prometo não demorar mais do que 1 hora nas minhas perguntas, que serão bem rápidas.

Na verdade, fiquei muito preocupado com os dados apresentados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Marcaram os três o mesmo voo? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Bom, na verdade, eu iria perguntar para o Jorge. Mas fica...

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Dr. Ubiali, este debate vai render um bocado. Não vai render juros, mas ainda vai render muita coisa.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Vai ficar na teoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Dr. Ubiali, V.Exa. continua com a palavra.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Obrigado, Presidente.

Quero dizer que várias coisas me preocuparam. Primeiro, o que retorna, em termos de tributação, para o Governo, a informação de que 55% retornam para o Estado. Isso me preocupou e gostaria de entender melhor, Jorge. Vai ficar para uma próxima vez, para entendermos como se chegou a esses dados.

Segundo, estamos falando aqui em 10% do PIB. Comparando com outros países e mesmo o que foi dito pelo Dr. Nelson Cardoso Amaral, fico pensando quanto seria a arrecadação da União, quanto isso corresponderia em termos de valor dos impostos arrecadados, que talvez fosse um valor melhor referenciado em relação a isso.



E há um outro problema. Quanto é a arrecadação financeira, que é uma conta que o Governo faz e quando vai pagar uma coisa diz: “*Não tenho esse dinheiro. Isso é financeiro, o que eu tenho é só isso aqui.*” Caso contrário, vamos criar novamente um plano de intenção, e não o que queremos realmente para a educação brasileira.

Preocupa-me, finalmente, a meta de redução do analfabetismo funcional em 50%. Estamos sendo muito pessimistas. Temos de reduzir em 100%. Não faz sentido fixar-se uma meta de redução de analfabetismo funcional em 50%.

Era sobre isso que eu gostaria de ouvir a opinião dos palestrantes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Dr. Ubiali.

Onde está o Deputado Joaquim Beltrão? Não está presente.

Com a palavra a nossa Vice-Presidente, Deputado Teresa Surita.

A SRA. DEPUTADA TERESA SURITA - Eu gostaria, mais uma vez, de parabenizar os palestrantes pela clareza com que colocaram a necessidade de investimento na educação.

Eu gostaria também de dizer que fui gestora por 10 anos. Administrei uma cidade e sei que sem recursos é impossível realizar as coisas. A questão do investimento na educação é fundamental para o nosso crescimento, como foi colocado aqui.

O Deputado Paulo Rubem Santiago fez uma apresentação que demonstra a identidade que existe entre o adolescente fora da escola e a violência. Eu devo dizer que vivi essa experiência na prática.

Eu fiquei muito impressionada ao ver os números em todo o País e gostaria de ressaltar aqui que realmente o investimento na educação traz muito mais do que apenas o retorno econômico ou qualquer outra coisa nesse sentido; ele atinge a questão social, muda vidas, etc.

Lá em Boa Vista, onde fui Prefeita, conseguimos, com uma escola diferenciada, com um currículo diferenciado, que inclusive foi aprovado pelo MEC, mesmo com meninos com problemas de drogas e respondendo por crimes, uma diminuição na violência de 68% em 6 anos — dados do Instituto Sangari. E isso foi alcançado, realmente, com base na educação.



Então, a partir dessa prática que vivi, tão importante para a minha experiência política — e, agora, ouvindo este debate —, entendo que precisa haver um desafio, o qual precisa ser enfrentado com muita consciência de todos nós e com determinação para que se possa fazer, porque temos a dificuldade realmente do recurso necessário, mas resolvemos tantos outros problemas que partem daí e demandam solução para essa defasagem tão grande que existe na educação.

Então, quero realmente parabenizar todos e agradecer pela presença e pela exposição a cada um. Isso para mim foi muito importante, pois inclusive coincidiu com uma realidade que cheguei a viver na prática.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputada Teresa Surita.

Todos os Deputados inscritos e que estavam presentes já se manifestaram.

Tenho a inscrição do Dr. Mozart Neves, que deseja participar.

Indago ao Sr. Relator, nosso nobre Deputado Angelo Vanhoni, se deseja fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - O Mozart conversou comigo e vou reforçar a ideia que ele vai expor aqui, em função dos debates.

Quero apenas dizer que tive de me ausentar e, por isso, quero pedir desculpas, pois não pude ouvir as palestras da Prof. Cleuza e do Nelson, porque eu tinha um compromisso anteriormente agendado com o Ministro da Ciência e Tecnologia para formatarmos um convite.

Um dos grandes debates, uma das metas é o ensino profissionalizante. Aliás, Marcelino, eu não vi se estava na tabela, indago se se mudou o percentual, tal como ocorreu com a escola integral.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO - Houve uma alteração.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Eu gostaria de confirmar a presença do Ministro no dia 07. Já está definido e comuniquei à Teresinha.

Parece que, na quarta-feira, dia 8, a Secretaria de Educação e o Governador do Ceará estarão aqui para apresentar o plano que está sendo desenvolvido naquele Estado.

No dia 07, terça-feira, receberemos o Ministro da Ciência e Tecnologia.



A ideia que o Mozart vai apresentar é instigante. Será um bom caminho para podermos avançar um pouco na discussão do plano nos próximos meses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Sr. Relator.

Eu queria antecipar a todos os membros da Comissão que, na próxima semana, 31 de maio, teremos uma audiência pública tratando especificamente da educação especial, com a UNDIME, o CONSED, o nosso ex-colega Deputado Carlos Abicalil e o CNE.

Foi uma iniciativa da Deputada Dorinha e do Deputado Eduardo Barbosa.

No dia 1º de junho, teremos as duas Ministras, Iriny Lopes e Luíza Bairros, que virão a esta Comissão.

No dia 7 de junho, o Ministro Aloísio Mercadante virá à Comissão e, no dia seguinte, 8 de junho, o Governador do Ceará Cid Gomes e a Secretaria de Educação Izolda Cela comporão esta Mesa conosco.

Com a palavra o Dr. Mozart, do movimento Todos pela Educação.

O SR. MOZART NEVES RAMOS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria agradecer a possibilidade a mim concedida pelo nosso Relator, Deputado Angelo Vanhoni

Na verdade, fiz uma consulta prévia a S.Exa., até em função de um comentário. Realmente, as análises e apresentações foram muito ricas, com muitos números. Acho que, inclusive, vão enriquecer em muito o trabalho da relatoria.

Por outro lado, acho que ajudaria muito o Deputado Angelo Vanhoni se os senhores pudessem, juntos, formatar um dado técnico mais uniforme, porque foram muitos cenários. E aí, para quem fica olhando daqui, mesmo nós que está mais habituados com esses números, sentimos alguma dificuldade.

É um cenário de 7, de 8, de 10. Como foi feito o escalonamento? E o tempo integral, foi ou não incluído? E quanto de creche há nisso?

Se os *experts* nessa área de financiamento pudessem em determinado momento escrever uma nota técnica que ajudasse o Deputado Angelo Vanhoni em sua relatoria, seria de grande valia para afunilar as inúmeras e ricas discussões que estão sendo travadas aqui, ao mesmo tempo, seriam encontrados termos mais populares que pudessem ser colocado para a Nação brasileira.



Imaginem como entenderá alguém que não seja da área de educação ao ouvir que 5% já são suficientes, que o problema é a gestão. De outro lado, o Executivo diz que 7% já bastam, mas ao mesmo tempo coloca 10%. Imaginem como efetivamente deve ficar complexo para quem não é da área tirar uma opinião.

Um de nossos papéis nestas audiências é ajudar a mobilizar o País para a causa e para o plano. Seria muito importante elaborarmos um documento mais técnico para o Relator e um outro que pudesse falar com a Nação brasileira sobre o porquê dos 10% para os próximos 10 anos.

Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Apenas uma sugestão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Deputado Dr. Ubiali.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - Tal nota técnica poderia ser enviada não só para o Relator, como para todos os Deputados da Comissão e até para os demais Deputados da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Sim, com a mais absoluta certeza. Já que a proposta do Dr. Mozart recebeu pleno apoio do nosso Relator, no sentido de que uma nota técnica fosse produzida, eu queria, na condição de Presidente desta Comissão, manifestar a nossa mais profunda alegria pela maneira técnica e objetiva como os senhores colaboraram com o nosso trabalho nesta tarde, que foi tão rica para aqueles que acompanharam o debate de todos.

Eu gostaria, na condição de Presidente, de fazer um pedido: que fosse incluída nessa análise a hipótese de termos um gasto público por aluno também, como uma hipótese alternativa ao percentual do PIB.

Em termos de PIB, estamos muito bem com essa ideia, pois estamos lá em cima; em termos de gastos por aluno, estamos aqui embaixo.

Portanto, essa seria uma hipótese que gostaríamos fosse incluída nessa nota técnica sugerida pelo Dr. Mozart, a qual recebeu a anuência do Relator e que, tenho certeza, os senhores poderiam nos apresentar dentro de um prazo razoável, negociado ali com o Relator.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Semana que vem. (*Risos.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - Na verdade, eu e o Deputado Angelo temos falado muito da experiência que tivemos lá no Ceará em relação a gasto público. Antes, tivemos uma informação não oficial da CNC sobre uma escola de ensino médio que eles têm no Rio de Janeiro, na Barra da Tijuca, uma escola extremamente moderna, onde alunos e professores moram juntos. São alunos oriundos de todos os Estados do Brasil, professores que trabalham em tempo integral. Cada aluno tinha, na época, um *laptop*.

Outro dia, tive a curiosidade de perguntar ao Dr. Roberto Veloso qual seria o custo ao ano de cada aluno daquela escola; recebi como resposta que seria algo em torno de 8 mil reais ao ano.

No Ceará, quando de nossa visita, o Deputado Angelo repetiu a pergunta ao Governador Cid Gomes, do Ceará, sobre o custo de cada aluno naquela experiência de escola em tempo integral. O Governador fez uma conta rápida e chegou ao valor de 6 mil e poucos reais ao ano.

Fizemos um cálculo muito rápido com o valor do FUNDEB recebido pelo Governo do Ceará para o ensino médio, e o resultado dava 3 mil e poucos reais. Na verdade, o Governo do Ceará estava dando muito mais recursos do que aqueles que recebia do FUNDEB, o que torna absolutamente claro que precisamos de mais dinheiro para a educação.

Existem outras questões. Estou aqui com o Sr. Thiago ao meu lado, que me passa uma informação. Fui há pouquíssimo tempo Secretário de Planejamento do meu Estado. Eu havia sido Secretário de Educação, pulei o balcão e acabei Secretário de Planejamento. De um lado, eu pedia; do outro lado, eu dizia “não”.

O Maranhão foi o Estado que recebeu a maior contribuição do FUNDEB, quando da transição do último FUNDEF para o primeiro FUNDEB consolidado. O Estado saiu de uma contribuição da União de 800 milhões de reais para algo em torno de 1 bilhão 480 milhões. Hoje, o Maranhão perde apenas para o Pará, mas o aumento foi de quase 100%.

O Secretário de Educação ficava todos os dias na porta da Secretaria de Planejamento solicitando recursos para reforma de escolas, segurança e pagamento disso e daquilo. Eu não conseguia entender aquela situação, pois eu tinha a informação sobre o quanto eles já recebiam e o quanto passaram a receber.



Pois bem, fomos fazer as contas e descobrimos que 97,8% do FUNDEB do Maranhão estava sendo gasto com pessoal. Três meses depois, o pessoal entrou em greve, em razão de salários e contratação de novos professores, etc.

Então, há uma complexidade que precisamos entender, compreender ,e sobre ela agir.

Portanto, essa questão de gestão, se se gasta bem ou mal, acho que, longe de ser uma experiência pontual, virou um coletivo no Brasil. O Prefeito, quando conseguem fazer uma escola com os 40% do FUNDEB, manda fazer uma imensa placa com os dizeres: *"Esta obra é feita com o dinheiro do FUNDEB"*. E assim faz como se fosse um milagre, quer ser canonizado por ter conseguido utilizar um pedacinho do dinheiro do FUNDEB para fazer uma nova escola. Portanto, há uma distorção, porque os movimentos todos querem melhor salário, aplicação do piso, enfim, fazem uma série de reivindicações absolutamente justas. E todo crescimento que tivemos dos recursos da educação foram empregados em pessoal.

E mais: soube de um dado — não me recordo da fonte — que revela uma perda de 7 bilhões por ano com a reprovação de alunos. Esses mesmos dados dão conta de que temos cerca de 32 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental e, se colocarmos a idade correta, de 7 anos a 14 anos, serão 25 milhões de alunos. Ao descontarmos o número de alunos que estão na rede privada, o número cairia para 21 milhões de alunos, mas gastamos o FUNDEB do ensino fundamental com os 34 milhões, e não com os 21 milhões, como manda a lei, com a idade correta, que é de 7 anos a 14 anos.

Então, se somarmos os 7 milhões de reprovados com essa distorção entre idade e série, estamos perdendo, brincando, brincando, 10 milhões por ano, por ineficiência do sistema.

Eu gostaria também que esse assunto fosse considerado na nota técnica.

Podemos encerrar, Secretário? (Pausa.)

Quero avisar que foram recebidas 320 emendas até agora — e começou ontem.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gastão Vieira) - O Deputado Ivan Valente apresentou, mas ele não assinou todas. Ele andou delegando. Se algum Deputado



voluntário quiser assinar as emendas do Deputado Ivan Valente ou as do PSOL, esteja absolutamente à vontade.

Vou conceder ao senhores o tempo necessário. Peço que façam uma seleção das perguntas, já que há um esvaziamento em função da votação em plenário. Antecipo que terão o tempo necessário — o suficiente para não perderem os voos e para responder as perguntas formuladas.

Podem acertar quem começará.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO - Obrigado. Quero agradecer o convite. As contribuições foram enormes, aprendi muito neste evento.

A proposta da nota técnica é fundamental, na minha opinião, e vamos fazer um esforço. O duro é que hoje vivemos entre várias tarefas fundamentais, mas não há jeito, temos que tentar equacioná-las.

Eu gostaria de reforçar a importância do piso. Estamos fazendo um trabalho, uma tentativa de sistematização, até para enfrentar esse debate sobre se o professor ganha mal ou não — e sabemos que ganha mal.

Temos um conjunto de dados, os quais podemos depois disponibilizar ao Deputado Newton Lima, o que é fundamental.

Outro ponto levantado pela Deputada Dorinha, que vale a pena abordarmos, é a questão da definição das responsabilidades.

Há uma emenda abraçada pela Campanha Nacional, pelas SEDs e pela ANPED — e aqui está a Profa. Ivani —, que tenta exatamente equacionar de que forma seria essa expansão.

O desenho da emenda seria alguma coisa na linha de que fosse proporcional à participação de cada ente federado na arrecadação líquida, para exatamente fazer com que a União assuma mais o seu papel no financiamento da educação. Esse é um desenho.

Lembro que a Argentina aprovou uma lei recentemente e lá também há uma fórmula que define claramente o quanto cabe a cada ente federado nesse processo de ampliação.

Na questão dos recursos, acho importante também pensarmos no lucro líquido das estatais, não como dinheiro de custeio — é óbvio —, mas porque as nossas escolas precisam de um *kit* básico. O outro PNE era muito interessante



porque definia um *kit* básico; por exemplo, toda escola devia ter fotocopiadora etc. Parecia uma coisa muito detalhada, mas acho que era uma referência importante, até mesmo para controle social.

Reforço a emenda de um conjunto de entidades, mas particularmente da Campanha Nacional, qual seja a que prevê o custo/aluno/qualidade inicial como parâmetro.

O Mozart foi o Relator no âmbito do Conselho Nacional. O Conselho aprovou os valores do custo/aluno/qualidade inicial, mas infelizmente, passado um ano, o MEC até hoje não homologou. Até onde sei, a alegação do MEC é que já se gasta mais do que o custo/aluno/qualidade inicial. Mas é um equívoco, pois o custo/aluno/qualidade inicial não é o gasto médio por aluno, mas o gasto mínimo. Portanto, ele deve ser comparado com o mínimo do FUNDEB.

E quando comparamos os valores do custo/aluno/qualidade inicial com o piso do FUNDEB, vamos ver que estão muito acima. Quer dizer, não posso confundir média com o piso. Essa é a confusão que, a meu ver, o MEC tem feito nessa discussão.

Quer dizer, foi um esforço do Conselho Nacional de Educação por um ano. Existe uma emenda que exatamente coloca a questão do CAC e da decisão do Conselho Nacional de Educação.

Quanto ao que foi levantado pelo Deputado Ivan Valente, sobre a morte dos analfabetos, devo dizer a S.Exa. que o duro é sabermos que eles não morrerão em sua totalidade, porque o próprio sistema escolar produz novos analfabetos. Quer dizer, esse é o erro de se pensar que a inércia vai resolver; não vai, porque neste momento estão sendo produzidos outros analfabetos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - O principal é que não há sequer humanidade nisso.

O SR. JOSÉ MARCELINO REZENDE PINTO - É cínico, mas é equivocado sob qualquer ângulo que se analise.

Sobre a questão dos professores, quero relatar que fui Presidente do Conselho Municipal de Educação em Ribeirão Preto e era triste ouvir os pais falando o seguinte: “*Quando eu vou matricular meu filho, eu rezo para ele não cair na sala daquela professora*”.



Enquanto eu não conseguir atrair bons profissionais, não haverá jeito. E atrair significa pagar melhores salários e criar uma carreira. Mas o salário inicial, para mim, é o nó, porque ele é que vai definir, quando o aluno presta o vestibular, para onde ele vai.

É claro que eu devo ter uma carreira — isso é central —, mas o salto é o salário inicial, é a discussão do piso.

O Deputado Dr. Ubiali levantou a questão de que 50% é pouco — e é pouco mesmo —, mas nós pegamos a meta que está no projeto de lei. Na verdade não se trata de uma meta definida por nós. E nós mostramos que, mesmo com 50%, serão 14 milhões a mais, que não aparecem nos cálculos da nota técnica do MEC. Eu também defendo os 100%.

Quanto à questão da educação profissional, levantada pelo ilustre Relator, quero dizer que nós trabalhamos com uma ampliação para 2 milhões de vagas na educação profissional. Entendo que temos de pensar um ensino médio que de fato articule. Nosso ensino médio continua sendo um cursinho, desde os jesuítas até hoje, por isso ele responde muito pouco às demandas dos jovens. Os senhores chegaram a ver o dado de que, considerado no PISA apenas o desempenho das escolas técnicas federais, o Brasil iria para sétimo lugar. Com todas as críticas que se façam ao PISA, isso mostra o que uma educação de qualidade pode fazer.

Finalmente, a questão do gasto/aluno, Deputado Gastão Vieira, que é fundamental. No nosso desenho — sei que é muita tabela, muito número —, nós trabalhamos exatamente com isso: fixa-se um valor por aluno, e em cima desse valor calcula-se o impacto. Por exemplo, para a educação profissional, definimos um valor igual a uma vez e meia o gasto no ensino médio, mas já com um padrão de qualidade diferenciado. Foi uma engenharia associar expansão com ampliação do valor/aluno, ou seja, com qualidade. Esse foi o nosso esforço. E eu agradeço.

O Deputado falou do custo aluno reprovado, e ainda há outro, que é o custo do aluno que foi aprovado mas não aprendeu, outro custo altíssimo para o País.

A ideia da nota técnica é excelente. Vamos ver o que conseguimos fazer.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL - Eu vou ser muito breve. É claro que nós, da área de financiamento, trabalhamos com muitas demandas, em volta do



PNE e em volta do custo aluno-qualidade da campanha, que agora está discutindo custo aluno-qualidade em escola de tempo integral. Quais seriam os insumos, quais seriam os salários para se definir o custo aluno-qualidade inicial para as escolas de tempo integral? Nós precisaríamos examinar com o Relator uma preocupação que o Marcelino e eu dividimos aqui, de qual seria esse prazo.

Nós temos também uma demanda do Prof. Ivani para fazer um estudo sobre o ensino médio e o ensino profissional em termos de financiamento, além dessa demanda da Campanha Custo Aluno-Qualidade.

Ficou bem claro ao longo da discussão toda que é preciso que haja uma ação integrada de todos os entes federados. Fazendo uma análise rápida com o Deputado que tocou nessa questão, temos que, se hoje Estados e Municípios aplicam 25%, a União aplica 18% e tudo gira em torno de 5% do PIB, para atingirmos os 10%, se ficarmos só nos impostos, se não tivermos nada mais, precisaríamos de 50% dos impostos estaduais, de 50% dos impostos municipais e de 36% dos impostos que ficam na União. É realmente inadmissível imaginarmos que os Secretários de Educação Estaduais e Municipais vão aceitar uma discussão nesse nível, de metade do dinheiro ir para a educação. Por isso todas as alternativas de fonte que estão aparecendo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL - Os Prefeitos e Governadores. (Risos.) Mas eles são da equipe. Eu imagino que eles discutirão com os Governadores e Prefeitos.

Então, realmente vai haver uma disputa imensa em torno desses 10% do PIB, daí a necessidade de toda essa articulação. É preciso pensar em reforma tributária pelo meio do caminho, nas contribuições. Vejam o caso dos fazendeiros. Realmente, eles não pagam quase nada de Imposto de Renda. Tudo o que têm na fazenda é motivo para abatimento no Imposto de Renda. É preciso pensar também na disputa pelo volume de recursos do pré-sal. E esse recurso é finito. Como eu mostrei, nós temos de aproveitá-lo daqui até 2030, porque senão mais essa riqueza brasileira vai se perder. A Nação brasileira está realmente diante de um momento especial, então é preciso articular todas as forças possíveis nesse processo.



Fico por aqui, até porque eu gostaria de conversar um pouco com o Relator a respeito de prazos. Essa demanda está chegando num momento muito apertado para nós. Mas, se eu estou defendendo que 10% do PIB são fundamentais e que nós vivemos um momento especial, que não podemos deixar escapar, nós, como acadêmicos, também não podemos perder esta oportunidade.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - O que seria bom é que esse texto pudesse circular entre os Deputados antes do término do mês de junho. Não sei quanto teriam de tempo — uns 15, 20 dias — para produzir essa nota técnica, para acertar os números.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL - Nós estamos em 25. Antes do mês de julho?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - De junho. Antes do término do mês de junho. Porque nós entramos em recesso no dia 15 de julho, e é bom que essa nota técnica... Até lá, audiências públicas serão realizadas. Nós estamos pleiteando um pouquinho mais de tempo para apensar emendas ao texto, o que é bom porque já orienta, já ajuda os Deputados e outras entidades a consolidarem as informações com base nos textos que os senhores produziram.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL - Eu tenho a impressão de que nós podemos cumprir essa tarefa, porque a minha atividade foi desenvolvida independentemente da do Marcelino, e o trabalho da UNDIME na campanha também é independente do trabalho das outras duas. Eu tenho a impressão de que, quando reunidas, as três feições darão um perfil da nota técnica, detalhando todas as metas possíveis no momento.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Sr. Presidente, o Daniel, que é da campanha, gostaria de dar uma sugestão em função dessa nota técnica, antes de o Thiago falar. É rápido.

O SR. DANIELCARA - É 1 minuto só, Deputado Thiago.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - O Deputado Thiago está pedindo para sair, porque o voo não espera.

O SR. DANIEL CARA - Sra. Presidente, quero só registrar que a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, junto com a FUNEDUCA, de que o Prof. Marcelino e o Sr. Nelson também fazem parte, como o Prof. Luiz Araújo, tem



coordenado o trabalho de uma nota técnica que nós já até comentamos com alguns Parlamentares. Seria uma nota técnica nesse perfil. Inclusive, estávamos comentando isso com o Sr. Mozart quando ele pronunciou a ideia. Nós temos, mais ou menos, mais uma semana para fazer o trabalho do Prof. Luiz Araújo. O Prof. Carlos Eduardo conversou com o Prof. Gastão, e nós apresentaríamos à Campanha FENEDUCA daqui a no máximo 2 semanas essa nota técnica, em que já estamos trabalhando, congregando os cenários e optando por um deles, porque também não podemos apresentar três cenários distintos. Esse é o trabalho que nós estamos fazendo. O comitê diretivo da campanha, que tem entre seus integrantes a CNTE, a UNDIME, a Fundação ABRINQ, quer dizer, é um comitê bastante amplo, já está encaminhando a finalização dessa nota técnica.

O SR. NELSON CARDOSO AMARAL - O.k. Acho que é possível, sim, aglutinar tudo isso e sair uma boa nota técnica, elucidativa do momento que nós vivemos.

Do meu lado, eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Teresa Surita) - Informo que no dia 31 de maio, teremos audiência pública para discutir propostas para a educação especial. Dia 1º de junho, ouviremos as Ministras. Dia 7 de junho, teremos a presença do Ministro Aloizio Mercadante. E no dia 8 de junho, estará conosco o Governador Cid Gomes, do Ceará.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.